

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE
PSICANÁLISE: CLÍNICA E CULTURA

Uma Casa, um Lar para a passagem adolescente

Michelle Rodrigues Salazar

Porto Alegre
2019

Michelle Rodrigues Salazar

Uma Casa, um Lar para a passagem adolescente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicanálise.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Pasini

Porto Alegre

2019

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição pública e gratuita, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e pela excelência oferecida para este percurso.

À minha orientadora Profa Dra Vera Lúcia Pasini pela confiança em minhas potencialidades e por ter estimulado o pensamento criativo que emergia em nossos encontros. Além disso, agradeço por ter se tornado uma importante relação em minha vida capaz de promover o contexto adequado para a produção deste material.

À todos os meus amigos, dentro e fora do programa, que participaram deste estudo agregando na riqueza das ideias e me acolhendo e apoiando na continuidade da pesquisa.

À minha família que me ensinou a ver o mundo em sua complexidade para além do meu cenário.

RESUMO

O atendimento psicoterápico de crianças e jovens em acolhimento institucional mobiliza muitas questões no psiquismo de um psicoterapeuta, é um encontro de mundos que desassossega e desacomoda uma série de paradigmas e lugares comuns. Para compreender a adolescência, especificamente, e dialogar com a história de adolescentes institucionalizados é preciso se deparar com a especificidade do tema. Para além dos sintomas que podem ser encontrados nestes indivíduos que moram em instituições de acolhimento, se ressaltam em suas individualidades características como criatividade, motivação, alegria, contentamento e destreza em descobrir saídas para tantos percalços que encontram em seus caminhos. Este estudo pretende contar a história de uma fictícia personagem adolescente em acolhimento institucional, com o intuito de ampliar a compreensão a respeito de situações vividas por indivíduos em situações semelhantes a partir da perspectiva psicanalítica formulada por Ricardo Rodulfo, psicanalista argentino que trabalha com a ideia de desconstrução da psicanálise. As principais noções buscadas para esta reflexão são: o Complexo de Édipo; os lugares ocupados pelas instâncias de subjetivação; e a figura paterna. O foco desta pesquisa está na reflexão sobre a produção de subjetividade dos jovens em acolhimento institucional, considerando as diversas instâncias de subjetivação que os rodeiam, e compreendê-los como sujeitos em suas manifestações singulares, tirando o foco de possíveis psicopatologias que podem apresentar ao longo de suas histórias. Além dos elementos sugeridos pelo autor (a família, a escola, os pares, as telas e as ficções), propusemos uma nova instância que se mostra operante nesta específica situação da adolescência em uma instituição – o tempo. A passagem adolescente não possui um tempo determinado de elaboração nos indivíduos, porém a vivência do adolescente nas instituições de acolhimento sim, pois ao alcançar a maioria legal são desligados da instituição. O possível desalinho do tempo cronológico e do tempo psíquico acaba impondo seus efeitos neste momento da vida dos indivíduos institucionalizados.

Palavras-chave: desconstrução da psicanálise; adolescência; acolhimento institucional; subjetivação; tempo.

ABSTRACT

The Psychotherapeutic treatment for kids and teenagers at the government shelters mobilizes lots of questions regards the own psyche of the psychotherapist. It is the meeting of two worlds that shakes some of our most powerful beliefs and challenges the common sense. In order to understand the teenagers at the shelters and create some kind of dialog with their own history, it is need to face some peculiarities of this population. Beyond the symptoms found in these individuals, some characteristics like creativity, motivation, joy, contentment and some kind of special ability to overcome some of the challenges of their lives pop into our eyes. The goal of this research is to create and tell the history of one fictional teenage character who lives at a shelter. We aim to expand our comprehension regards some of the situations lived by individuals in this conditions. At this exercice, we will use the psychoanalytic perspective stated by Ricardo Rodulfo (argentine psychoanalyst) centered at the deconstruction of the own psychoanalysis. Some of the the main notions used are: Edipical Complex; the locations occupied by the subjectivation instances and paternal figure. At this research we will focus our reflection in the subjectivity production of the teenagers who lives in the government shelters, considering the many subjectivation instances that surround they. We aim to understand this individuals at their own singularity for beyond some of the possible psychopathological manifestations in their personal history. Beyond the elements stated by the autor (family, school, friends, screens and fiction), we propose a new instance of special relevance regarding teenagers at the shelters - the time. The teenage passage does not possess some predetermined time to occur, but the life experiences of the teenagers at the shelters does: when they reach adulthood they are expelled from the institution. The possible lost of synchronicity between chronological and psychic generated by this fact imposes effects at the teeneagers in the governament shelters.

Keywords: deconstruction of psychoanalysis; adolescence; government shelters; subjectivation; time.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01 – O que significa ser adulto.....	61
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Personagem construído - Histórias reais.....	13
1.2 Uma História de vida para Anya.....	17
2 A CASA LAR – É CASA. PODE SER LAR?.....	28
2.1 A Casa e(m) seus viventes.....	33
2.2 A norma, a lei, o indivíduo e o sujeito.....	39
3 A ADOLESCÊNCIA – UMA ADOLESCÊNCIA.....	53
4 A (DES) CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ADOLESCÊNCIA.....	69
4.1 As instâncias de Subjetivação: o caminho que subjetiva.....	78
4.2 Uma jovem e sua trama subjetivante.....	86
4.3 Posso ficar para sempre! – o tempo subjetivo e o tempo instituído.....	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2016 abriu um espaço para um novo encontro, talvez uma nova forma de encontrar e, certamente, um novo pensar. Eu estava no último ano de um curso de especialização em psicoterapia psicanalítica e, também, finalizando um trabalho psicoterápico de quatro anos com crianças e adolescentes institucionalizados. O tratamento deles foi realizado na mesma instituição em que eu realizava o meu percurso de ensino em psicanálise. Esta instituição de ensino conta com um ambulatório, no qual os alunos que realizam algum curso podem atender à demanda de pacientes que chegam para atendimento psicoterápico, sendo remunerados como profissionais autônomos. Também possui um projeto desenvolvido por uma equipe voluntária de psicoterapeutas para atender crianças e adolescentes que moram em casas de acolhimento da cidade e arredores, de forma gratuita. Ineri-me no projeto quando ainda estava na graduação e fazia meu estágio de clínica nesta mesma instituição, pois era uma das atividades do programa dos estagiários, e estendi a minha participação ao iniciar os estudos em psicanálise, devido ao desejo de seguir envolvida com o tema.

Ao me aproximar do término do curso, surgiu a questão do que fazer em relação ao meu envolvimento no projeto. Como encerrar um capítulo que ainda não havia encontrado o seu final dentro de mim? Havia a intenção de seguir investindo neste trabalho que tomava minha atenção e desejo. Assim, escolhi seguir o caminho da pesquisa para que, além do trabalho clínico já realizado, eu pudesse também produzir conhecimento e reflexão sobre esta atividade que me é tão importante. Além disso, é uma esfera da política pública que merece atenção continuada, uma vez que, em sua história, a política de assistência social para crianças e adolescentes vem desenvolvendo-se, aprimorando-se e evoluindo e sempre mostrou a necessidade de revisão permanente de suas ações a fim de oferecer a melhor estratégia para o seu propósito da garantia dos direitos destes cidadãos.

Eu havia iniciado este trabalho na clínica com o atendimento de um menino de sete anos. Ficamos juntos por três anos e ele foi, então, morar em outro

município, o que finalizou o tratamento. Posteriormente, atendi uma adolescente de 15 anos por cerca de um ano, que rompeu abruptamente os atendimentos, após a fuga da Casa Lar onde vivia. Atualmente, atendo uma criança, agora de oito anos, que passou por uma tentativa de adoção. Nestas experiências, pude notar que algumas questões se repetiam e outras tantas eram inusitadas, como é próprio de cada indivíduo. Mas havia uma questão em mim que se repetia: o meu desejo em ajudá-los. Tais atendimentos me despertavam movimentos e investimentos vigorosos, que me levavam a embarcar em uma jornada pelo cuidado destes indivíduos.

Entretanto, foi a dimensão da adolescência neste contexto que me despertou as maiores inquietações. O atendimento destas crianças e jovens mobiliza muitas questões no psiquismo de um psicoterapeuta, é um encontro de mundos que desassossega e desacomoda uma série de paradigmas e lugares comuns. Uma adolescente atendida, em especial, me despertou uma confluência de sentimentos diversos que transitavam entre a admiração por seu vigor e a desesperança na mudança. Porém, sobretudo, me impressionava a potência de vida que apresentava mesmo com uma história de vida que insistia em produzir traumas e dores. De onde vinha esse potencial? O que produzia em mim e em meus colegas o incessante desejo de prosseguir nesta atividade difícil, voluntária e não remunerada? Motivada por estas questões iniciais, busquei o mestrado em Psicanálise: Clínica e Cultura, da UFRGS, como um espaço de discussão destas questões e produção de conhecimento que pudesse subsidiar meu trabalho e o de outros colegas que se dedicam a atender adolescentes institucionalizados.

Da clínica para a pesquisa: como fazer este enlace? Como analisar as histórias que acompanhei e produzir um pensamento fértil? Em um processo analítico, a história de um sujeito é narrada e, também, revivida. A transferência se coloca como o endereço da narrativa e abre-se, então, um trabalho com a subjetivação do sujeito que conta sua história. Desta forma, torna-se importante reconhecer a importância do testemunho daqueles que são enlaçados nesta experiência, terapeuta e paciente.

Em busca de compreender a adolescência e dialogar com a história de adolescentes institucionalizados me deparei com a especificidade do tema. Os principais conceitos psicanalíticos pareciam me levar às mesmas reflexões que já haviam sido produzidas acerca deste público e muitas vezes não produziam sentido em relação aos casos acompanhados. Ou, pelo menos, tomá-los na mesma compreensão remetia a uma compreensão centrada em patologias. Porém, eu via mais que sintomas nestes indivíduos que moram em instituições de acolhimento, havia criatividade, motivações, alegria, contentamento e destreza em descobrir saídas para tantos percalços que encontravam em seus caminhos.

Compreendi que precisaria mudar algumas concepções para dar conta do que eu percebia que se manifestava neste contexto. Foi nesta busca que encontrei a perspectiva de desconstrução, que Ricardo Rodulfo, um psicanalista argentino, opera sobre alguns conceitos psicanalíticos. Este autor dedicou boa parte de sua obra a repensar as principais concepções da psicanálise, a fim de desconstruir o que ele acreditava estar impossibilitando aos psicanalistas acompanharem as novas produções da cultura e da sociedade. Rodulfo (2009) se declara em uma posição apoiada em três pés: o primeiro ele chama de atitude psicanalítica, ou seja, a psicanálise como uma maneira de pensar; o segundo, a desconstrução de um texto, a partir das ideias que aprendeu com Derrida, principalmente no que se refere à desconstrução como uma forma de questionar conceitos teóricos, desmembrando cada ponto e, assim, analisar possíveis desvios que a ideia pode ter tomado ao longo do tempo e desfazer-se daquilo que não produz mais sentido para o contexto em que opera. E o terceiro, a análise estrutural de um texto, a partir de Lévi-Strauss, o que talvez tenha sido o menor de seus apoios teóricos.

Rodulfo (2013b) acredita que o trabalho clínico sempre apresenta algo que resiste à conceitualização e que isso é imprescindível para manter potente os discursos teóricos, ainda que pareçam muito consolidados. Inclusive, argumenta que Freud pôde dar origem às suas teorias e avançar as suas ideias, pois trabalhou a partir da própria clínica, que insistia em apresentar-lhe revoluções e novos fatos. Problematiza que o foco conceitual da psicanálise, desde o seu

surgimento, se centrou na família e dentro dela no Complexo de Édipo. É exatamente aí que ele propõe a necessidade de uma reflexão e revisão, principalmente a respeito de certas operações políticas que a teoria contém.

Ao longo dos atendimentos com os indivíduos institucionalizados, sempre me parecia que havia algo que forçava algumas fronteiras, persistia alguma coisa que me colocava em dúvida, principalmente a respeito das intervenções como psicoterapeuta. Por vezes, pensava se estava propondo o tratamento da maneira *correta*, pois me percebia com dificuldades em pensar os casos através dos conceitos fundamentais psicanalíticos. Mas, apoiada em supervisões e em autores como Winnicott (1965), por exemplo, fui produzindo novas ideias clínicas e observando alguns deslocamentos de posição nos casos acompanhados. A pesquisa acadêmica chegou, então, para dar continuidade a este trabalho e, também, para elaborar as experiências que em mim ainda buscavam enlaces.

Este estudo pretende contar uma história, falar de uma fictícia personagem adolescente em acolhimento institucional, buscando ampliar a compreensão a respeito de situações vividas por indivíduos em situações semelhantes, a partir da perspectiva psicanalítica desconstruída, formulada por Rodolfo. As principais noções buscadas para esta reflexão foram: o Complexo de Édipo; os lugares ocupados pelas instâncias de subjetivação; e a figura paterna. A principal problematização de Rodolfo é a centralização e primazia da família na teoria freudiana de subjetivação. Desta instância partiriam todos os processos, relegando os demais aspectos da cultura e sociedade a um lugar secundário e de menor valor para o psiquismo (RODULFO, 2013c).

Para ele, tornou-se necessário considerar todas as relações que as pessoas estabelecem ao longo de seu desenvolvimento e analisar, caso a caso, quais têm maior ou menor importância individualmente. Alguns ainda terão na família a instância central e, inclusive, esta mantém sua importância dentro da teoria psicanalítica. Outros terão múltiplas instâncias circulando em horizontalidade com a ideia familiar.

Estas primeiras colocações foram as prévias que recebi ao entrar em contato com a obra deste autor e que levantaram novos questionamentos a

respeito de como eu poderia dar continuidade ao meu trabalho com os jovens abrigados, mas agora de um outro lugar, o de pesquisadora.

O foco deste estudo está na reflexão sobre a produção de subjetividade dos jovens em acolhimento institucional, considerando as diversas instâncias de subjetivação que os rodeiam, com o objetivo de compreendê-los como sujeitos em suas manifestações singulares, tirando o foco de possíveis psicopatologias que podem apresentar ao longo de suas histórias.

Para alcançar esta reflexão, se mostra necessário aprofundar-se, também, em como se constitui e se efetiva a passagem adolescente que, pelas peculiaridades que lhe são intrínsecas, provocam uma forma diferenciada de subjetivação quando vivida em casas de acolhimento. Além dos elementos sugeridos pelo autor (a família, a escola, os pares, as telas e as ficções), propusemos uma nova instância que se mostra operante nesta específica situação da adolescência em uma instituição – o tempo. A passagem adolescente não possui um tempo determinado de elaboração nos indivíduos, porém a vivência do adolescente nas instituições de acolhimento sim, pois ao alcançar a maioridade legal são desligados da instituição. O possível desalinhamento do tempo cronológico e do tempo psíquico acaba impondo seus efeitos neste momento da vida dos indivíduos institucionalizados.

Então, a partir deste desejo de produzir uma reflexão sobre esse público que me colocou a pensar, escolhi a narrativa aliada à construção de caso clínico como métodos de pesquisa, com intuito de pensar estes adolescentes sem repetir as mesmas reflexões centradas em sintomas e patologias. A narrativa abre a possibilidade de que o narrador mergulhe em uma história, a recorde, rememore e, assim, inaugure uma cadeia de transmissão dos fatos entre as gerações. A construção do caso clínico permite que se possa ampliar conhecimentos a respeito de uma situação que representa uma ampla questão a ser analisada.

1.1 Personagem construído - Histórias reais

Walter Benjamin (2012c), em uma perspectiva não psicanalítica, vai tratar da narrativa em relação com a experiência. Para este autor, atento às questões do tempo, o ato de narrar cria a oportunidade de viver uma experiência através da habilidade de um narrador que constrói no presente uma história ao reviver um passado e, assim, remete-se a um devir.

A narrativa tratar-se-ia, então, de uma competência de troca de experiências que passam de boca em boca. Ela comunica algo e possui uma função que vai além de repetir as características que outras análises já fizeram sobre a mesma história. Também, traz um elemento particular que projeta em si mesma uma nova análise em continuação, em nova direção (BENJAMIN, 2012a; RICOEUR, 2010).

Para Kristeva (2002), escritora e psicanalista franco-búlgara, a narrativa exerce uma função de extração de acontecimentos de dentro do fluxo contínuo de um devir, carregando um personagem e um tempo. Ela acontece no entre, quando os fatos são transformados em experiências que foram compartilhadas e, portanto, se tornam políticas.

Pensando nestas definições, para dar início à produção deste escrito, criei um fictício personagem único que compila características encontradas com frequência nos adolescentes em acolhimento institucional, tanto em minha prática clínica quanto na literatura sobre o tema da institucionalização na infância e adolescência, nas obras de Winnicott (1965) e Dolto (1998), por exemplo. A história desta protagonista será narrada ao longo do trabalho e, à medida que essa construção for se realizando, serão levantados questionamentos e apontadas articulações para refletir sobre a questão que nos intriga nesta dissertação: a construção da subjetividade dos adolescentes acolhidos e os efeitos que a institucionalização pode produzir em suas vidas.

É preciso reconhecer que, ao narrar esta história, participarei de um processo de elaboração deste viver. E, por isso, haverá maiores possibilidades de produzir análises de encontros, ou seja, de acentuar o foco no *entre*¹ que se

1

produz nas experiências, sejam clínicas ou de pesquisa. Para aprofundar a reflexão que se propõe o estudo, a história narrada servirá como enredo de um caso clínico a ser construído e analisado de acordo com as perspectivas teóricas já apontadas.

A construção do caso clínico possibilita que se explore a função da literalidade do escrito e de acentuar um saber adquirido a partir do que se aprende durante a elaboração de um caso. As interrogações que a produção do caso suscita, bem como os ensinamentos que se pode tomar dele, tornam o método eficiente na intenção de problematizar o que está generalizado teoricamente na psicanálise (VORCARO, 2010), que é um dos objetivos deste trabalho, a fim de alcançar as reflexões pretendidas sobre o seu objeto de estudo.

Além disso, é importante destacar que o caso não é o sujeito, quer dizer, a construção dele se baseia nos elementos que se recolhe do discurso de um sujeito ou mais sujeitos e que permite a inferência sobre uma posição subjetiva, o que o torna um método que se pode aplicar em diferentes contextos clínicos (FIGUEIREDO, 2004). O que se buscará neste processo é aproximar-se da possibilidade de construir enunciados sobre um saber psicanalítico, singular e revelado a cada nova situação posta em análise na história da protagonista aqui apresentada.

Ao narrar a história da personagem construída com traços de heroína, uma vez que está a serviço da produção de conhecimento a respeito de um público ao qual ela pertence, foram percorridos os caminhos que se destacaram no recorrido dos encontros que esta pesquisa produziu. A narrativa, e toda sua peculiar relação com os tempos, nos dará notícias de como as marcas da estrutura político-institucional são tramadas pelos adolescentes que vivem sob a tutela do Estado, além de dar visibilidade a outros efeitos produzidos no *entre* das relações construídas no desenvolvimento de suas histórias. Entre a personagem e outros adolescentes que vivem em situações semelhantes às dela, entre ela e a Casa Lar, entre a psicanálise e a percurso adolescente. Esse entre que propor-

A partir de uma perspectiva de espaço de produção, não passível de representação, semelhante à ideia de Winnicott de espaço transicional (TORTORELLI, 2006).

cional experiência. Esse entre que leva à pesquisa, à investigação, ao desejo de saber.

Entretanto, esta narrativa não tem pretensões de contar uma história em sua integralidade ou relatar informações completas. Ao narrar me aproprio de histórias e conto as marcas que o encontro com elas foi produzindo durante o processo. A história aqui contada será oferecida com perspectivas de análise, deixando brechas e questões em aberto, para que possam servir de estímulo para a abertura de novas significações por aqueles que a acompanharem.

Segundo Vorcaro (2010), é a partir da palavra escrita da narrativa que se pode reconhecer e diferenciar o que a clínica apresenta de singular, já que o analista pesquisador irá entender como relevante ou descartável aquilo que assim também considera no ato clínico. A transmissão da clínica psicanalítica alcança o que há de único neste encontro-desencontro da experiência de narrar um caso (VORCARO, 2010).

Como a personagem aqui produzida é fictícia e compreende características de várias histórias, tomou-se como ponto de partida os motivos que a levaram à institucionalização, pois o anterior abre uma pluralidade de situações e contextos que levaram a uma mesma sucessão: o acolhimento institucional. Então, a entrada na instituição, e alguns devidos porquês, configuram o princípio de várias histórias.

A ideia da narrativa como parte do método dessa pesquisa é, também, para que se possam incluir as vozes dos adolescentes institucionalizados, através desta personagem que pretende representá-los, construindo um texto que possibilite um trânsito entre a teoria e a experiência. É um convite ao leitor para uma experiência de linguagem viva, que o aproxima das palavras e inclui a compreensão e a presença da experiência humana comum.

Partindo de tais pressupostos, a seguir se iniciará a narrativa da personagem Anya. Uma adolescente de 15 anos que foi institucionalizada ainda criança e vive em uma Casa Lar. A princípio será relatada sua história, ainda em termos gerais, com seus principais marcos e, ao longo deste estudo, o caso construído seguirá seu curso e irá encontrar-se com perguntas, questionamentos, reflexões

e focos de análise para produzir reflexões relativas aos objetivos de pesquisa. A história criada para personagem reúne histórias que encontrei em minha clínica e, inclusive, algumas delas são encontradas nas cartas que foram escritas durante a produção deste estudo, que serão apresentadas e explicadas a seguir.

Durante a construção da narrativa e do caso, encontrei-me com a necessidade de um diálogo preliminar à comunicação deste escrito. Me pareceu importante “entrar em contato” com os personagens da história a ser construída e contada para buscar os marcos importantes e os pontos de sucessão do que estava por ser contado. Como não havia a possibilidade real destes encontros, busquei uma outra ferramenta que pudesse me auxiliar nesta tarefa – a escrita de cartas. Então, escrevi cartas endereçadas àqueles que poderiam me ajudar a encontrar os nós desta trama a ser percorrida e revelada. As correspondências não foram enviadas e apenas serviram para que eu pudesse desenrolar o diálogo, mesmo que imaginário, que ajudaria a incluir as figuras desta história na construção da narrativa que os envolve e a desenvolver o meu pensamento a respeito de suas peculiaridades.

Como estas cartas foram um importante estímulo para a realização deste estudo, elas serão apresentadas, aos poucos, na introdução de cada capítulo como forma, também, de estimular o leitor a acompanhar o fluxo do meu pensamento. É importante salientar que todos os destinatários destas mensagens são personagens fictícios, baseados em histórias que acompanhei durante minha trajetória clínica e, também, que eles compõem a construção da personagem principal deste caso construído.

Além disso, as cartas auxiliaram para que eu pudesse me aproximar do mundo do acolhimento institucional sem correr o risco de engessar-me em uma posição distante de observadora. Por isso, elas foram escritas como se fossem enviadas, com uma linguagem coloquial e adequada para a idade de cada destinatário.

Ao escrevê-las já iniciei a construção do caso, pois o diálogo estabelecido nelas continha importantes dados da história a ser contada, dos personagens

que a envolvem e da figura principal que irá incorporar os pontos da análise que se pretende construir – Anya.

1.2 Uma História de vida para Anya

Anya é uma adolescente de 15 anos que mora em uma Casa Lar. Antes de ingressar na instituição, morava com a mãe e um irmão mais velho. Ela não conheceu o seu pai, mas refere que ele tinha “envolvimentos ilícitos” e que por isso preferiu nunca procurá-lo. Quando tinha cerca de 6 ou 7 anos, sua mãe ficou doente e foi internada em um hospital, então ela e o irmão foram morar com a avó paterna. Esta tratava o irmão com zelo e atenção, porém agredia Anya física e psicologicamente, batendo na menina e proferindo discursos de humilhação e ódio. Com o passar dos anos, Anya começou a aparecer na escola com hematomas que chamaram a atenção dos professores e foi acionado o Conselho Tutelar. A equipe de assistência social tentou buscar a família ampliada de Anya para acolhê-la e não obteve sucesso, então a levaram para o acolhimento institucional.

Anya entrou na instituição com cerca de 11 anos e seu irmão seguiu morando com a avó, que rompeu o contato com a menina, mas o irmão seguiu se comunicando com ela pelo *Facebook*. Nesta época, a Casa Lar era habitada apenas por adolescentes, de diferentes idades, tendo um casal como pais sociais. Alguns dos que ali estavam haviam chegado ainda bebês, outros, assim como Anya, chegaram já com mais idade.

Depois da chegada nesta Casa Lar, Anya passou a frequentar outra escola, a dividir o quarto com alguns dos moradores, a realizar as práticas domésticas que lhe foram destinadas, conforme acordado entre os adolescentes e os pais sociais, e a fazer outras atividades no turno inverso ao colégio. Primeiro, ela fez um curso de informática, que repetiu por mais dois anos, pois disse que a direção da instituição sempre a matriculava, embora ela já tivesse feito todos os níveis. Depois de alguns anos, começou a praticar aulas de dança, que se tornaram a sua atividade favorita.

Na escola ela era boa aluna, fazia as tarefas de casa, tirava boas notas, só não tinha muita paciência para esperar o tempo dos colegas nos exercícios em classe. Eram frequentes as queixas de professores sobre Anya estar conversando ou dormindo na sala. Ela ficava muito braba, pois achava injusto e impossível ter que ficar acordada e em silêncio se já havia terminado a sua parte.

Dentro da casa, ela tinha uma relação complexa com seus colegas. Comentava que eles viviam juntos, como irmãos vivem, mas que não tinham uma relação de irmãos, afinal ela tinha um irmão que não morava ali. Os conflitos se davam quando algum deles falava sobre qualquer coisa que fosse de sua individualidade, pois ela ficava irada e agressiva. – “Eles não tem que se meterem na minha vida”. Ao mesmo tempo que trocavam confidências, o vínculo era frágil e algum incômodo podia levar a um fácil rompimento, nem sempre recuperado com o passar do tempo. Anya parecia confiar mais em quem estava fora da Casa Lar dos que nos que moravam ali com ela.

Com o pai social, tinha uma boa relação, mas foi com a mãe social, tia Susana, que Anya se vinculou de forma mais íntima, principalmente quando o pai se desligou da instituição e saiu da Casa Lar. Ela admirava a tia Susana e acreditava em tudo o que ela dizia, por isso procurava manter suas ideias e suas condutas conforme os ensinamentos da mãe social. Um dos motivos de suas desavenças com os colegas era quando eles desrespeitavam a tia Susana, o que considerava inaceitável, pois sempre tratou todo mundo bem e com respeito, além de conseguir tudo o que eles precisavam no dia a dia.

Esta era a vida de Anya, em seu resumo mais prático. Mas, ao observar mais de perto a história dessa menina, logo vamos nos deparar com um mar de sentimentos, conflitos, sensações, razões e desrazões. Entre os 12 e os 13 anos (não há um marco descrito e realizado), ela começou a se tornar agressiva e apresentar oscilações de humor constantes. Tanto na escola como na Casa Lar, Anya começou a brigar com os colegas e, por vezes, a se isolar de todos. O quarto era seu refúgio; mesmo que compartilhado com outros, ela conseguia fechar-se em um espaço individual que a mantinha longe de qualquer outro. Seus professores começaram a ficar preocupados e seus colegas de casa também, e

alertaram aos pais sociais e à equipe de apoio da Casa Lar, por considerarem que Anya precisava de ajuda. O auxílio chegou em forma de psicoterapia, em uma instituição psicanalítica que oferecia um convênio de atendimento gratuito aos moradores de casas de acolhimento.

Na psicoterapia, Anya começou a ser escutada, mas o que ela podia contar de início era muito silêncio. Uma resistência agressiva, no sentido de usar o não dizer para agredir a terapeuta, e algumas poucas palavras com a intenção de agredir, mas que contavam o quanto ela estava confusa com os seus sentimentos e que ela tinha capacidade de ligar-se, precisava apenas de um tempo para verificar se seria tolerado o seu conteúdo hostil antes de apresentar suas dores mais íntimas.

Aos poucos, ela foi contando como era sua vida e seus receios. Sempre expressava sua empolgação em conhecer novas pessoas, pois dizia que gostava de conhecer outras vidas, outros jeitos de ser. Para isso, buscou um grupo de jovens de igreja, onde participava de atividades em equipe e, inclusive, viajavam para outras cidades para participar de encontros de grupos de jovens de todo o estado. Ela adorava esses momentos, voltava contente e cheia de novas ideias. Dentre os seus medos, a ideia de sair da Casa Lar aos 18 e ter que “virar adulta” a deixava assustada. Dizia: “Eu preciso trabalhar e conhecer pessoas para dividir um lugar para morar depois que sair da Casa Lar, não quero ficar sozinha”. O tempo a ameaçava. Para ela, havia uma corrida contra o tempo que ela precisava vencer ou acabaria derrotada pelo desamparo e a vida “adulta”. Ela não tinha esperanças de ser adotada, mas sabia que essa era uma forma de ter mais tempo disponível para preparar-se, antes de encarar o mundo adulto. Nesse conflito, a Casa Lar se tornou uma prisão para ela, pois a impedia de conectar-se com o mundo exterior, conforme o seu desejo, e isso prejudicava as ligações que precisava fazer para garantir-se acompanhada no futuro.

E parece que a vida pronuncia suas reviravoltas em conjunto. Por volta dos 15 anos, muitas coisas aconteceram ao mesmo tempo na vida da Anya. Ela ganhou sua sonhada festa, a partir do empenho da tia Susana em tornar este sonho uma realidade, mas, logo após, a mãe social precisou desligar-se da insti-

tuição. Que perda! Anya tentou negar sua tristeza pensando que sua ligação com ela era maior que a instituição, e que não perderiam o contato, iria visitá-la sempre que quisesse. Junto a isso, sua mãe biológica entra em contato com a direção da Casa Lar pedindo para ver a filha.

Parecia história de novela. Anya veria a mãe que não encontrava desde criança. Era muita coisa para lidar ao mesmo tempo: perder a tia Susana e “conhecer” sua mãe biológica. Essa menina sempre foi forte, aguentou as errâncias de sua vida em pé, mas havia chegado o momento de desabar. As dores que sentia começaram a aparecer na sua pele, cortes nos braços que distraíam a dor no coração. O isolamento ganhou força e o mínimo contato com outros era através da agressão. Foi preciso uma pluralidade de olhares para segurar seu desejo de não existir. Todos à sua volta passaram a escutar o que Anya vinha contando há um tempo, sua existência demandava um olhar singular. E, à medida que isso foi sendo colocado em prática, para além da sua psicoterapia, pelos novos pais sociais, pela psicóloga da Casa Lar, pela assistente social e por seus colegas e amigos, ela começou a desenhar contornos de seu ser no mundo.

Em meio a tudo isso, ela foi ao encontro de sua mãe biológica. Foi um momento organizado, assim pode-se denominá-lo. O espaço reservado foi uma sala na sede administrativa da instituição e na hora marcada sua mãe apareceu. Junto a Anya estavam a psicóloga e assistente social da Casa Lar e sua psicoterapeuta, presença solicitada para sentir-se mais segura. Algumas linhas começaram a tomar outros traços. Anya escutou sua mãe dizendo que a procurava desde que havia saído do hospital há uns 7 anos atrás, mas que sua avó sumiu com os dois netos. Ela diz que nunca deixou de procurar e com o tempo se casou e teve mais dois filhos. Havia encontrado a menina pelo contato que teve com o filho mais velho pelo *Facebook*. O irmão de Anya contou onde ela estava morando e sua mãe buscou a instituição.

O encontro foi constrangido e parecia que havia muito a dizer, as palavras não alcançariam a expressão. Elas foram deixadas sozinhas por um tempo e ficou combinado que haveria mais encontros como esse, para que elas pudessem

se conhecer melhor. De fato, mais um ou dois ocorreram, porém logo a mãe começou a faltar e não explicar sua ausência.

Ao que parecia, a história não teria uma continuidade. Anya fez um último comentário, de não querer mais encontrar a mãe, e depois se calou. Começou a faltar na escola, em suas atividades extra curriculares e na psicoterapia. Um dia, sai de casa com amigos para ir numa festa à tarde, inclusive com uma colega de sua casa. Da festa, ela vai para a casa de uma amiga e leva uma colega junto, que resolve que era hora de voltar para a Casa Lar. Anya se recusou, disse que não voltaria e que ela deveria fazer o mesmo, sumir do abrigo. Ela tomou outro rumo, decidiu que tomaria seu destino em suas mãos e escolheu ir para a casa de sua mãe, com quem havia estado em contato todo o tempo pelas redes sociais, e já havia combinado sua ida e que iria acobertá-la do possível contato da equipe da Casa Lar.

A instituição consegue entrar em contato com ela e marcam uma reunião com as duas, mãe e filha. Elas comparecem, conversam com a equipe e afirmam que iam morar juntas. Foram orientadas sobre como realizar o desligamento de Anya da instituição e sobre o que precisava ser feito para que a mãe retomasse a guarda da filha. Porém, nada foi cumprido. Depois deste encontro, nem Anya, nem a sua mãe voltaram a ter contato com a Casa Lar e as notícias que se obtiveram era de que estavam morando na mesma casa e que Anya estava frequentando uma nova escola.

O que se passou depois disso, apenas elas sabem, ninguém mais teve notícias. O único que se sabe é que uma dupla se formou e que o tempo que possuem juntas parece não ter prazo para acabar.



Porto Alegre, 23 de abril de 2018.

Susana²,

Não nos conhecemos pessoalmente, tampouco falamos por telefone, mas o tanto que escutei de ti faz parecer que estivemos próximas em alguns momentos. – **Anastácia**. Ela nos conectou. Nos colocou nessa posição de quem precisava conversar, pois poucos conseguiam acessá-la, mas tu, tia Susana, era uma privilegiada.

Te escrevo essa carta para te contar o que a Anastácia conseguiu mobilizar em mim e, talvez, esclarecer alguma dúvidas. Como tu já sabes, ela fazia tratamento psicoterápico comigo nos anos de 2016 e 2017. Menina difícil? Estou segura de que tua resposta é não. A minha também é negativa. Anastácia não é difícil como algumas pessoas insistiam em anunciar. Ela é bela como uma flor, frágil delicadeza que precisa de espinhos para se proteger. Pois são nos encontros de sua vida que ela consegue mostrar seu perfume ou a dureza de seus espinhos. Durante sua infância, os momentos de violência e negligência a fizeram endurecer, se proteger. E é na Casa Lar que ela pôde deixar o seu perfume escapar.

Porém, como deixar-se livre? Conhecia ela a liberdade da proteção externa? No conforto de uma casa segura, Anastácia passou e conhecer seus medos. Seu corpo doía, sua alma chorava e sua pele sangrava. Dentre suas falas queixosas sobre a vida, havia algo que a impulsionava a viver e que ela nomeava de tia Susana, sua mãe social. Tu a cativaste com tua presença e teu cuidado. Por ti ela se sentia escutada. Suas atitudes dentro de casa tinham um endereçamento, era pela tia Susana que ela fazia o seu melhor. Lutava pelo respeito e boa convivência com os colegas, pois isso te deixava feliz dentro de casa. Com a tua presença, Anastácia podia ter bom desempenho na escola, dançar hip hop e festejar seus 15 anos em uma linda festa.

2

□ Nome fictício.

– A tia Susana nos escuta, ela nos entende, não fica só obedecendo as regras da casa. Ela sabe o que podemos fazer e confia na gente.

Quando tu saiu da casa, Anastácia se esvaziou. Suas dores vieram à tona, seu perfume se recolheu e ela brotou de espinhos. Tinha perdido a única pessoa que a fazia se sentir única. O resto a entendia como grupo. Mas ela não queria ser um ramalhete, ou pelo menos queria ser regada em sua singularidade no buquê. Tuas promessas de que a levaria junto a encheram de esperança e a solidão em que se encontrou a adoeceram perto da morte. Era preciso lidar com um abandono. De novo? Pois dizem que sim. Ela já não sabia, mas parecia que seu destino é perder. Como descobrir que a única que acreditava nela também a deixa? Pois é, é parte do processo dos abrigados. E como viver com isso? Anastácia nos responde desenhando seu destino.

Com Carinho

Michelle Salazar

Porto Alegre, 07 de junho de 2018

Caro pai social,

É estranho, mas não lembro o teu nome. Não sei por que, mas acho que nunca o gravei. Será que isso significa alguma coisa? É provável que sim. Mas acho que ao longo desta carta terei mais chances de descobrir o que me leva a não fixar o teu nome, mesmo que eu o veja toda semana e com muita frequência sentamos os dois para conversar. Então, tu certamente não sabe, mas eu estudo e pesquiso em um programa de mestrado da UFRGS sobre a adolescência que é vivida em situação de abrigo. Acho que tu tens muito a me contar, pois já “criaste” várias crianças e adolescentes na tua profissão. A minha experiência nestes casos fica do outro lado, do lado de uma sala fechada, quatro paredes, duas poltronas e a minha escuta. O que escuto das crianças e adolescentes que atendo conta uma parte fundamental, mas em toda cena há vários falantes. Tu sabes que converso, também, com aqueles que cuidam dos meus pacientes. Mas foi desde que te conheci que este diálogo se transformou. Vou tentar me explicar. As crianças e adolescentes que atendi antes do Maco³ viviam em outros abrigos e, portanto, tinham outros cuidadores ou pais sociais. E, nestas outras experiências, o próprio contato para marcar um encontro já era difícil. E quando este ocorria, costumava ser com o profissional da psicologia ou assistência social que acompanhava o local e não com aqueles que conviviam diariamente com os moradores do abrigo ou Casa Lar. Estas pessoas chegavam com uma elaboração do que haviam escutado dos cuidadores e do que percebiam nos momentos em que estavam na casa. Tu não concorda que se perde algo neste processo? Acho que fiquei com algumas limitações na minha possibilidade de entender o ambiente em que viviam meus pacientes. E, de certa forma, achava que no próprio cuidado dos abrigados havia este distanciamento que também chegava em mim. Será que há este

3

□ Nome fictício.

distanciamento? Acho que sim. Mas sempre? Tu me mostraste que não. Te ver sentado na sala de espera do consultório toda semana chegando e esperando o tempo da sessão de Maco me parece algo muito próximo. Além disso, com bastante frequência tu me solicitas 5 ou 10 minutos, pois estás preocupado com alguns acontecimentos que envolvem o Maco dentro da casa. E mais, tu me sinaliza quando precisas de uma sessão toda só para poder falar dele e ainda diz que tua esposa é a melhor pessoa para tal momento, pois ela também tem preocupações a compartilhar. Tu não estás só ali na sala de espera, tu estás envolvido com o tratamento do Maco. E como tu mesmo diz: “Eu conheço esse menino, tiramos as fraldas dele”. Outro dia me disseste que tu o via muito parecido com o irmão mais velho dele que optou por seguir um caminho diferente e perigoso, sumindo pelo mundo, e que tu ficavas angustiado que o Maco pudesse fazer o mesmo.

É, pai social, a partir de ti pude ver que nem só de regras se vive numa Casa Lar, nem só de protocolos e burocracia que as decisões são tomadas. Quanto cuidado, quanto afeto. Tanto que quando tu vai para tua casa, no teu dia de folga, tu leva os menorzinhos para poderem estar contigo e com os teus filhos. Ops, teus filhos! Tem uma diferença né? Ser pai e ser pai social é diferente. O Maco te chama de pai. Como acontece essa diferença? Onde está a diferença? Talvez seja por isso que não gravei teu nome, essa noção de pai social ainda é muito confusa pra mim. Mas de uma coisa eu tenho certeza, que isso tem algum efeito no desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem nesta modalidade de moradia.

Como será que os adolescentes são afetados por este cuidado? A adolescência já é tão confusa, não é mesmo? Tanta coisa nova, tantas dúvidas, tantos conflitos e descobertas. Como é passar por isso sendo cuidado por pais sociais? Que há possibilidade de afeto nesta relação, tu me asseguraste que há. Fico pensando nos “resultados”. Em um tempo de instabilidades, como o momento adolescente, viver em um local onde a permanência é temporal parece “apimentar” o processo. De que forma? Ainda não sei. Tens alguma sugestão pra mim?

Obrigada por me ensinar tanto.

Com carinho,

Michelle

2 A CASA LAR – É CASA. PODE SER LAR?

As conversas, reais e imaginárias, como os pais sociais me fazem pensar sobre o lar onde vivem com os adolescentes que acompanho. Como pensar este espaço que leva o nome de Casa Lar? São todos iguais?

A normativa é a mesma para todas as casas, ou seja, existe uma regulamentação de como o espaço deve funcionar. Porém, é possível que as mesmas normas, aplicadas por diferentes sujeitos, se deem de forma semelhante em distintos lugares? Aqueles que ocupam os espaços de uma Casa Lar são pessoas com diferentes histórias e diversos processos de subjetivação, há um “entre” formado por pais sociais e acolhidos que acaba por adquirir o colorido que a pluralidade subjetiva pode oferecer. A norma existe, é rígida e está disponível para ser aplicada por aqueles que são responsabilizados por tal tarefa que, no nosso caso, são os pais sociais. Por se tratarem de indivíduos, cada um irá entendê-la à sua maneira, assim como cada acolhido irá recebê-la como lhe for possível. Isso quer dizer que apesar das regras, cada Casa Lar terá seu funcionamento particular e escreverá sua própria história.

Para pensarmos a relação entre os acolhidos e a Casa Lar, precisamos conhecer os diferentes lados deste enredo. Sabe-se que cada história tem mais de um lado a ser contado. Entre a norma, a lei, os afetos e as subjetividades, o que é uma Casa Lar?

O abrigo, ou casa de acolhimento, então, em uma perspectiva jurídico-regulamentar, consiste em uma instituição de cuidado e atenção, que pertence às políticas públicas de assistência social, utilizado quando uma criança ou adolescente não pode viver com sua família de origem, em função de alguma dificuldade da mesma em oferecer os cuidados essenciais (SOUZA *et. al.*, 2016). A denominação de abrigo, após a lei Federal nº 12010/2009, passou a ser **acolhimento institucional**. Este é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como:

IX – colocação em família substituta.

§ 1º O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009). (BRASIL, 1990).

Para entender o cenário atual do abrigo institucional de crianças e adolescentes, é importante retomar um pouco da história das políticas de assistência social sobre o acolhimento de crianças e adolescentes e compreender como se formularam alguns conceitos e pré-conceitos que circulam ao redor deste tema, assim como a influência que os mesmos alcançam no próprio processo de abrigo e na vivência dentro das instituições.

No período que compreende o Brasil Colônia até o século XIX, crianças e adolescentes que pertenciam a um determinado intervalo de idade e, portanto, estavam impedidas de assumir responsabilidades civis ou alcançarem emancipação parental, eram nomeadas de *menores*. Este termo, hoje, é considerado pejorativo, pois ao longo da história ganhou significações que prejudicaram o entendimento desta população como sujeitos de direito. Já nesta época, o termo menor, além desta questão civil, implicava uma conotação que fazia referência a crianças e adolescentes que não tinham família. Ao final do ano de 1822, a partir da Independência do Brasil, o termo *menor* passa a ser utilizado juridicamente, como um dos critérios para apontar a inimputabilidade penal de um indivíduo pelos seus atos.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil foi marcado por transformações sociais como a lei da abolição da escravatura e a queda da monarquia, que exigiram a produção de novas formas de assistência. Surgiram muitas novas creches e asilos que colocaram em evidência a existência de mães que tinham a intenção de abandonar os seus filhos (CAGNANI, 2016). E também as primeiras casas de correção que recolhiam adolescentes de 14 a 17 anos com comprometimento penal (FERREIRA, 2017).

Verifica-se que, após tais transformações, crianças pobres que não estavam sob a responsabilidade de um adulto passaram a ser nomeadas de “abandonadas”. E, então, ao povoar locais públicos e cometerem pequenos delitos são chamadas de “menores criminosos” e enviadas às prisões. É assim que surge o estigma de que crianças e jovens que não vivem em família oferecem perigo. E o termo *menor* passa a carregar uma imagem de criança pobre que vive à margem da proteção moral e material, seja pelos pais, pelo Estado ou pela sociedade (FERREIRA, 2017).

Com o surgimento dessa questão social, o Estado definiu ser necessário a criação de políticas públicas de assistência para valorizar a família. As crianças e adolescentes institucionalizados na época passaram a ser objeto de intervenções formadoras do Estado e outros setores ligados à filantropia e à religião (CAGNANI, 2016).

Este movimento deu origem ao Código de Menores, de 1927 (BRASIL, 1927), primeira legislação específica que previa medidas de proteção e assistência à “infância desvalida” e o controle e vigilância de crianças e adolescentes abandonados e “delinquentes” (CAGNANI, 2016). O Código de Menores entendia que a assistência deveria ser oferecida àqueles que dependiam de ajuda pública por pertencerem a uma família na miséria. E considerava que o motivo de crianças e adolescentes se encontrarem nesta situação era a irresponsabilidade de suas famílias e não a desigualdade social ao qual as mesmas estavam submetidas. Portanto, a solução prevista era a internação para “educar e disciplinar moral, física e civicamente os menores” e corrigir os defeitos que adquiriram no convívio com suas famílias (FERREIRA, 2017, p. 2594).

Já em 1964, foi criada a Política Nacional de Bem-estar do Menor (BRASIL, 1964), com uma proposta assistencialista que propunha prover o básico para a sobrevivência (moradia e alimentação), mas não era efetiva na proteção da infância, pois era limitada quanto às necessidades para além dos recursos materiais. Esta política foi vigente até os anos 80, quando se inicia um período marcado por reivindicações populares de conscientização sobre a

realidade das instituições de acolhimento e pelo tensionamento para uma abertura democrática voltada para a infância e a adolescência (CAGNANI, 2016).

Estes movimentos eclodem em 1988, quando a Nova Constituição Federal abriu os precedentes necessários para a busca da garantia de direitos básicos e, em 1990, houve o maior avanço nesta área, com a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a partir da lei 8.069 (BRASIL, 1990), que propiciou condições para a reformulação das políticas públicas, colocando em caráter de exceção o acolhimento institucional, que se apresenta como uma “medida de proteção” (BRASIL, 1990).

A partir do ECA surgiu a proposta de reestruturação das instituições de acolhimento no país para tentar acabar com as internações de longa duração. As ações passaram a considerar as particularidades da infância e adolescência, compreendendo crianças e adolescentes como indivíduos que estão em desenvolvimento e possuem direitos.

Mais além, outra importante mudança ocorreu em 2009, com a promulgação da Nova Lei da Adoção (BRASIL, 2009), com o objetivo de organizar o sistema protetivo da criança e do adolescente, priorizando a convivência familiar e comunitária. Esta lei produziu muitos efeitos nas instituições de acolhimento, inclusive por ressaltar que a história individual dos acolhidos deve ser acessível e considerada durante o processo de adoção (CAGNANI, 2016). A partir disso, observa-se uma mudança no caráter do cuidado oferecido às crianças e adolescentes que são encaminhadas para acolhimento institucional. Foram inseridas no ECA medidas de cuidado que não se referem apenas à integridade física dos acolhidos, mas também ao seu possível sofrimento psíquico, o que confere à política um caráter subjetivo e não apenas assistencialista (CARVALHO, HAACK, RAZERA e FALCKE, 2016).

Feita esta breve retomada de elementos históricos, uma contextualização local e atual se torna necessária para um exercício da reflexão. Temos, então, a lei que está posta e deve ser respeitada. Como isso ocorre na experiência de crianças e adolescentes em situação de abrigo é algo a ser considerado,

bem como as configurações da rede de assistência merecem ser pensadas nesta operação reflexiva.

2.1 A Casa e(m) seus viventes

O abrigo, de acordo com informações da prefeitura de Porto Alegre, está sob a gestão da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e possui doze serviços, sendo dois específicos do Serviço de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente: abrigo residencial e Casa Lar. O primeiro consiste em um local que atende até vinte crianças e/ou adolescentes e conta com uma equipe técnica de profissionais. O segundo é um espaço para oito a dez crianças e/ou adolescentes e possui como cuidadores/residentes o casal chamado de pai e mãe sociais (FASC, 2006).

A modalidade de Casa Lar surgiu com o objetivo de oferecer aos acolhidos um ambiente familiar e doméstico que não era possível nos abrigos residenciais que, por terem de um grupo de vinte pessoas residentes, precisavam de um número maior de cuidadores. Com uma transformação de porte e a diminuição do número de acolhidos, foi possível criar esta configuração que pretende se assemelhar ao espaço e funcionamento da casa de uma família.

A ideia principal é que este ambiente se constitua com mais estabilidade, em contraposição à instabilidade dos abrigos residenciais, com poucas trocas dos acolhidos e permanência de longo prazo dos cuidadores residentes. O funcionamento é de rotina doméstica de uma casa familiar e os acolhidos são cuidados por um pai e uma mãe social. Além disso, recebem o apoio de uma equipe técnica de psicólogo e assistente social que irão auxiliar nas questões de relação interpessoal, questões individuais, processos escolares, além das tentativas de desinstitucionalização e retorno para as famílias. As crianças e adolescentes devem ter garantidos os direitos de acesso à educação, saúde, profissionalização, esporte e lazer, através da rede da comunidade em que a Casa Lar está inserida (FASC, 2006).

A lógica que deve reger a institucionalização é da provisoriedade, ou seja, estes espaços existem para ser um lugar de passagem, de não permanência. O discurso que domina traz a família como o lugar privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, existindo um esforço constante por parte da instituição para que haja um retorno da criança ou adolescente ao seu grupo familiar (SOUZA et. al., 2016). Mesmo que o caráter de provisoriedade seja um dos pontos previstos pelo ECA, a permanência de uma criança ou adolescente em uma instituição irá depender de sua história e contexto singulares (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2006).

Encontra-se aí um desafio para o Estado, pois precisa oferecer não só um aparato que atenda às necessidades básicas de sobrevivência, mas também uma estrutura que comporte um cuidado capaz de preservar a singularidade dos acolhidos. Observa-se que é justamente este último ponto que acaba sofrendo consequências quando os recursos que as casas recebem se tornam escassos (situação muito frequente, senão permanente) e são investidos prioritariamente na provisão material básica (ALTOÉ, SILVA e PINHEIRO, 2011).

O Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) realizaram em 2009 a pesquisa *Levantamento de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil* (ASSIS e FARIAS, 2013) com o objetivo de caracterizar e identificar a rede de serviços de acolhimento e o público atendido no país. Os resultados revelaram a existência de 2.624 serviços de acolhimento institucional, abrigando 36.929 crianças e adolescentes naquele ano. Deste número, 664 estão localizadas na região sul, acolhendo 8.324 crianças/adolescentes em 349 abrigos residenciais e 150 Casas Lar na comunidade e outros tipos, como Casa Lar na aldeia, que consiste em um grupo de Casas Lares que ocupam um mesmo espaço, ao redor de um núcleo central, e compartilham uma mesma estrutura técnico-administrativa, além de casas de passagem/transitórias. O número de adolescentes acolhidos no sul do país é 39,9% do total nacional. O principal ponto deste estudo, no que tange a esta pesquisa, são as causas levantadas que levam ao acolhimento institucional. Entre as muitas causas apontadas, constam como as três primeiras

do ranking: negligência da família, pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas e abandono pelos pais ou responsáveis.

Eis então uma questão fundamental a ser pensada. Como ocorre este processo que leva crianças e jovens ao acolhimento institucional? Em conformidade com o ECA, crianças e adolescentes só devem ser institucionalizados quando todas as tentativas de mantê-los com suas famílias, inclusive com o que se chama de família extensa (tios, avós, vizinhos com vínculo afetivo), tenham falhado por apresentarem riscos graves à integridade física e/ou psicológica.

Antes da decisão do acolhimento institucional, quando não se trata de uma situação de emergência, deve ser realizado um estudo diagnóstico do caso em questão. Este estudo consiste em uma avaliação das condições da família em oferecer provimentos e proteção à criança ou adolescente e leva em conta, principalmente, os riscos a que possam estar submetidos. Cada caso deve ser aprofundado e considerada a família de origem e a extensa, além da comunidade onde estão inseridos, contemplando aspectos da história dessa família, seus vínculos e hábitos, o contexto socioeconômico e cultural em que vivem e a rede de apoio que contam ou que pode ser construída para superar as violações de direito e situações de risco. A tentativa é da garantia de permanência da criança ou adolescente com sua família e que o acolhimento institucional seja uma medida excepcional utilizada em última instância (CAGNANI, 2016).

Porém, a partir de uma reflexão do encontro entre a lei e a prática de trabalho, torna-se indispensável questionar se esta avaliação ocorre no dia a dia dos afazeres da assistência e se, de fato, se esgotam todas as possibilidades no trabalho com as famílias, para que possam viver com seus filhos.

Os pais sociais, destinatários das cartas do início desta dissertação, podem contar algumas histórias que não trazem o acolhimento como o último recurso buscado. E a própria história da personagem Anya apresenta uma evidência de que a decisão pela institucionalização não é sempre a última opção a ser recorrida. Portanto, é possível encontrar nas instituições de acolhimento

crianças e adolescentes que não estavam em situação de risco que configurasse a necessidade de rompimento do convívio familiar. Nestes casos, a marca de abandono que carregam não provém de uma efetiva desistência da sua família, mas do imaginário social que lhes impõe este rótulo.

Assis e Farias (2013) apontam que existe um grande esforço por parte das instituições em alcançar os parâmetros adequados e fundamentados na legislação, contudo ainda são necessários maiores investimentos e ampliação das políticas públicas de atendimento às famílias para que seja possível diminuir as causas da institucionalização.

Apesar de o ECA propor a superação do entendimento tutelar sobre crianças e adolescentes, passando a reconhecê-los como sujeitos de direitos e deveres, até hoje se percebe uma oscilação entre estes dois lugares, como por exemplo na discussão sobre a possibilidade da redução da maioria penal, que frequentemente volta a protagonizar as pautas sociais discutidas nas políticas públicas, com foco na punição e não na garantia dos direitos dos adolescentes (SIQUEIRA e DELL'AGLIO, 2006). Deve-se considerar que houve muitos avanços na política de atendimento à infância e adolescência no país, inclusive nos serviços de acolhimento institucional, porém ainda há muitos desafios a serem superados e é necessário que a política seja constantemente reavaliada para garantir que os avanços não cessem, pelo menos nesta dimensão regulamentar.

Se há regras, há quem precise aplicá-las e nesse sentido é essencial entrar na Casa Lar e observá-la em seu funcionamento. Quem a habita? Basicamente os acolhidos e os pais sociais. E são estes os responsáveis por comporem este complexo cenário com vida. Cada qual com suas tarefas e responsabilidades, direitos e deveres, afetos e desafetos. Mas cabe, principalmente, ao pai e à mãe social a tarefa de cuidar das crianças e adolescentes que moram neste lugar de trabalho que lhes foi designado.

Segundo Dolto (1998), o trabalho do cuidador social é muito delicado, pois a posição em que ocupa frente aos que cuidam é de fundamental importância, uma vez que seus sentimentos podem servir de exemplo para os

que são cuidados. É importante que eles possam cuidar de si primeiro e, também, que este trabalho não sirva de dispositivo de camuflagem de suas angústias pessoais, no sentido de cuidar dos outros para não olharem para suas próprias vidas.

Para a mesma autora, uma das dificuldades que se encontra neste trabalho é que o seu escopo encontra-se nas relações humanas, onde podem existir mecanismos de poder. É arriscado quando um cuidador estabelece uma grande identificação com algum dos sujeitos acolhidos, pois ele pode passar a trabalhar a serviço de si mesmo e de sua libido e acreditar ser o único a deter o saber sobre o outro, que pode levar a um apagamento das possibilidades de criação e autonomia deste que recebe o cuidado.

A regulação para a prática de mãe social foi estabelecida na lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987 (BRASIL, 1987). Percebe-se que, através desta, a profissão ganhou direitos e deveres, mas também o excesso de responsabilidades e os baixos salários oferecidos para o desempenho da função. A correspondência financeira que se recebe é simbólica para todas as exigências e obrigações que essas profissionais carregam. A atividade do pai social ganhou regulamentação posterior, com a aplicação da mesma lei. Constam na referida lei as seguintes atribuições da mãe social:

- I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;
- II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;
- III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à Casa Lar que lhes forem confiados. (BRASIL, 1987, Lei 7.644, Art. 4º).

A prática do serviço de cuidador de uma instituição de acolhimento envolve questões de identificação, angústia e desamparo. Lhes cabe a tarefa de executar seu trabalho em um espaço criado para assemelhar-se a um ambiente doméstico e familiar, o que os leva à criação de condições de cuidado baseadas num modelo tradicional de família nuclear. Porém, como confrontar-se com este paradoxo? Funcionar como a família daqueles que estão impedidos de viver

com as suas famílias. Atuar como família em um lugar que tem a lógica da provisoriedade.

Além disso, tal operação implica num entendimento de que apenas os sentimentos e vínculos construídos dentro de um grupo familiar permitem o desenvolvimento dos indivíduos. Como os trabalhadores precisam atuar nesta conjuntura, a conflitiva que lhes acompanha acaba atravessando o ambiente e o contexto que os circunda. As crianças e adolescentes acolhidos, em geral, são vistos, tanto pela sociedade quanto pelos cuidadores, como excluídos de uma dinâmica familiar, ou seja, como não tendo experimentado o convívio com suas famílias, e portanto se tornam alvos de sentimentos de compaixão e pena.

Em um programa do Canal GNT da rede Globosat (GNT, 2017) sobre histórias de adoção, há um episódio que conta a história de três adolescentes que vivem em um abrigo na cidade de São Gonçalo no Rio de Janeiro. Em dado momento, Ariane, uma jovem de 16 anos, comenta:

Eu gostaria de pedir para as pessoas terem menos preconceito com quem mora no abrigo. Não ter preconceito, porque a gente é igual a todo mundo. Não é por que a gente mora no abrigo que a gente é diferente como um presidiário, a gente é uma criança, um adolescente normal (GNT, 2017).

Parece que ela está chamando a atenção para este estigma que lhes é apontado, de extrema carência e de uma vida que não pode ser vivida em sua potência. Ariane declara em seu manifesto que ela também pode ter as rédeas de seu destino em suas mãos. E que ela busca, através da potencialização de sua singularidade, encontrar vias de realização para além dos limites institucionais.

Este programa dá uma ideia de como funciona um abrigo institucional. Como voltamos nossa atenção para a Casa Lar, precisamos entender melhor como ocorre a vida dentro deste espaço mais específico. O que se sabe, e o que a minha escuta encontrou ao acompanhar histórias de crianças e adolescentes

com experiências de abrigamento institucional na clínica⁴, é que é uma casa onde crianças e adolescentes residem, dividem quartos a cada dois ou três moradores, com uma organização própria de um espaço que abriga várias pessoas, ou seja, todos têm uma tarefa individual a ser realizada quanto à limpeza e funcionamento dos ambientes comuns e cada um cuida de seus pertences pessoais. Todos vão à escola, possuem atividades extracurriculares no período inverso ao escolar e são cuidados, vigiados, orientados e “educados” pelo casal de pais sociais, ou apenas um dos membros do casal, por questões variáveis na história destes trabalhadores, como separação, mudança de cidade de algum deles ou outros motivos quaisquer.

Cada Casa Lar é única e as relações que ali se estabelecem são expressão das particularidades de quem a habita. Há pais sociais que procuram coordenar através da tentativa de um rigoroso cumprimento das regras institucionais e também há aqueles que procuram flexibilizar ao máximo as normas em nome de outro tipo de funcionamento que consideram adequado. O que não difere nesses lugares é o que é da ordem do imprevisível, ou seja, o que é próprio dos relacionamentos humanos, os afetos. E como cada morador carrega sua história íntima, os afetos se manifestam a partir de diferentes subjetividades e se cruzam em um campo de encontros extraordinários.

Não obstante, há uma espécie de ordenamento que tenta orientar o desenvolvimento da vida dos acolhidos, afinal o Estado, ocupando este lugar de amparo absoluto, precisa ditar como as necessidades serão atendidas. Estão presentes algumas aplicações de regras impostas pela equipe de coordenação, como horário específico para as refeições (com pouca possibilidade de flexibilização), para a realização das atividades de higiene e algumas proibições de estilos musicais a serem escutados, como o impedimento do funk em algumas casas. Todas as casas possuem algum ordenamento e talvez o que se possa refletir sobre isso é que na Casa Lar ele é pensado para um grupo; e ao tratar-se especificamente da adolescência, especialmente em alguns momentos

4

□ Como as histórias de Anastácia e de Maco, nomes fictícios dados aos pacientes que cito nas cartas iniciais desta dissertação.

– quando estão estudando para provas mais complexas ou quando iniciam a trabalhar, por exemplo – pode ser necessário que suas rotinas ganhem contornos distintos da rotina de uma criança de 7 anos, que está no início da vida escolar.

2.2 A norma, a lei, o indivíduo e o sujeito

É parte da vida de um adolescente poder se organizar em suas tarefas e não é pouco comum que, na tentativa de aprender a administrar seus compromissos, se encontre tendo que estudar para uma prova durante uma madrugada. Ou que precise adiantar ou postergar o horário de almoço pois sua jornada escolar e ocupacional exige uma administração diferente do seu tempo. Ao viver em regras grupais, pode ser difícil encontrar permissão para uma luz acesadurante a noite, que lhe permita ler seus materiais de estudo, ou que consiga realizar tranquilamente sua refeição em outro momento, já que a limpeza, tarefa de algum morador, pode estar em andamento. O que se encontra aqui são alguns empecilhos que dificultam a tarefa de aprender a organizar seu próprio tempo e responsabilidades e alcançar a autonomia necessária para a vida adulta, esperada para logo em seguida, ao completar 18 anos.

Este ponto, sobre quando inicia a vida adulta, será considerado mais adiante neste trabalho. Porém, cada jovem irá reagir a esta conflitiva à sua maneira. Anya, por exemplo, passou a dormir mais cedo e acordar mais cedo para aproveitar a luz do sol e o silêncio da casa ainda adormecida e realizar atividades que exigiam maior concentração. Além disso, saía mais cedo para a escola e encontrava os amigos para fazer uma caminhada neste trajeto que era consentido fora da Casa Lar.

Além dessa organização em nome do grupo, pode-se encontrar outras barreiras que, de certa forma, burocratizam algumas atividades da vida dos acolhidos, como por exemplo passeios com os padrinhos afetivos que, em algumas casas, só podem ser realizados se o acolhido é aprovado no crivo do

bom comportamento da direção, e após autorização prévia da mesma, tendo que ser programado com antecedência.

Podemos considerar que tal medida é comum em muitas famílias, que o filho seja punido em seu mau comportamento com a proibição de algo de seu desejo. Mas, nestes casos, quem define o que é boa ou má conduta são os pais, de acordo, na melhor das hipóteses, com o que eles entendem como possível para o seu filho. A princípio, este julgamento, em uma instituição, está pautado por um conceito social de como deve se portar uma criança ou um jovem e fica a cargo dos pais sociais trazer tal avaliação para a singularidade. Porém, algumas vezes, ao tentar relativizar a decisão, os cuidadores não conseguem vencer a discussão dos argumentos com a coordenação da casa e são levados a aplicar a punição, mesmo que não a entendam como necessária.

Levando em conta estas reflexões, percebemos que na vida dos abrigados se fazem presentes os conceitos de norma e lei. Seja através das regras que eles devem respeitar dentro da instituição, seja da lei que rege suas vidas, decidida pelos sistemas jurídicos do Estado ou a lei simbólica construída a partir da organização social.

O conceito de lei foi e segue sendo intensamente abordado na teoria psicanalítica. Desde Freud, em *Totem e tabu* (1913), a lei simbólica, referente às estruturas sociais, passa a existir a partir do mito fundador do assassinato do pai da Horda Primeva. Esta lei simbólica acabou por atravessar-se em toda composição fictícia da relação de um sujeito com o outro. O mito conta que o pai primordial não era passível de interditos, a ele eram permitidas todas as mulheres da horda e aos seus filhos nenhuma. Para acabar com as proibições que lhes atravessavam, os filhos assassinaram o pai. O que se sucede desse feito é um pacto coletivo. A constatação de que cada um dos participantes desse conjunto desejava ocupar o lugar do pai, e que isso poderia levar a uma disputa acirrada entre eles e a novos assassinatos, trouxe uma condição para o seguimento da estrutura social ali estabelecida, que consistia na proibição do incesto. Decorre deste pacto, portanto, o surgimento de uma lei universal, a introjeção desse pai, a introjeção de sua lei (FREUD, [1913] 2011).

A lei que surge após o assassinato do tirano se instituiu, pois o ato que a propiciou foi poderoso. Quer dizer, a execução do pai da horda demandou força máxima de violência. A lei sucede desta experiência, que demonstra o que podem também vivenciar os irmãos que passarão a conviver nesta nova ordem inaugurada (ENDO, 2013).

A lei simbólica possui, então, essa origem mítica. Ela se inscreve no inconsciente e se utiliza de formações da cultura, como a educação e a religião, para garantir sua transmissão e algo de credibilidade simbólica ao passar por gerações. A sua inscrição ocorre por meio da linguagem e sua incidência sobre os sujeitos lhes subtrai uma parcela de gozo a favor de uma convivência no social (KEHL, 2002)

Já a norma, em contrapartida, é dita como sem pai, sem resultar de uma experiência prévia (NETO, 2013). Ela surge a partir de um esvaziamento da categoria do Bem, encontrando neste espaço lugar para regular as práticas sociais dos sujeitos na modernidade (BIRMAN, 2015). Neste sentido, a regra é dura, ela não permite interpretação desde o foro íntimo. Enquanto a lei opera no plano simbólico, surgido pela introjeção de algo anterior, a regra opera no plano imaginário, pelo empobrecimento do discurso, apresentando-se sem justificativa e não prescreve possibilidade de flexibilização.

Segundo Costa (1983), a lei é imposta a partir de um poder autoritário e punitivo que age de forma impositiva e limitante. Já a norma é fundamentada pela noção de dispositivo, de Michel Foucault (*apud* COSTA, 1983), que consiste no conjunto de práticas discursivas e não discursivas que agem às margens da lei e emprega uma tecnologia de servidão própria. O principal objetivo da norma é prevenir o virtual a partir da produção de novos fatos. As práticas discursivas são constituídas por elementos teóricos que reforçam as técnicas de opressão e dominação, tanto em nível de conhecimento como de racionalidade. Tais elementos provêm de saberes disponíveis, como os enunciados científicos e religiosos, por exemplo, e são articulados a serviço das táticas e objetivos do poder. As práticas não discursivas são compostas pelos instrumentos que permitem a materialização do dispositivo como regulações

administrativas do tempo das pessoas e técnicas de organização física dos espaços, por exemplo. É da associação destas duas práticas, do discurso teórico e da ação prática, que surge o poder normalizador.

Na vida dos sujeitos abrigados se encontra a lei jurídica, que pretende trabalhar com a singularidade de cada caso, oferecendo uma medida provisória de cuidado que atenda suas necessidades fundamentais para o desenvolvimento físico e emocional. Porém, os dispositivos disponíveis para o cumprimento desta lei, frente a todo o contexto social em que estão inseridos, acabam por empobrecer a lógica imposta pela lei e passam a operar através da norma. Encontra-se, muito frequentemente, como já mencionado acima, um discurso oposto ao da singularização, que trata de tentar ordenar a vida das crianças e/ou adolescentes a partir de um conjunto de regras impostas pela coordenação do abrigo, surgidas supostamente para facilitar o funcionamento de um coletivo.

A partir disso, pensamos nas possíveis relações que os abrigados tendem a encontrar em suas inserções nas instituições, após terem vivido as situações que os levaram a serem afastados de suas famílias de origem, frequentemente envolvendo experiências de desamparo (SILVA, 2007). O desamparo é definido por Freud ([1895] 1996) como a situação de dependência absoluta de outra pessoa para que se possa sobreviver, indo além da satisfação das necessidades básicas e introduzindo a criança na ordem simbólica, pois implica a função da comunicação na manifestação de suas demandas.

Pode-se pensar o desamparo como estrutural à construção do psiquismo, pois determina a situação de dependência do bebê com os outros anteriores a ele e dos cuidados necessários para sua preservação (ALTOÉ, SILVA e PINHEIRO, 2011). Esses momentos entre o bebê e seu cuidador possuem uma inscrição como processo de desejo e inauguram o laço social sobre o desamparo estrutural. O fato de ser cuidado e atendido pelo outro constrói uma noção de proteção contra possíveis ameaças. Nesta linha, o maior risco passa a ser a perda do amor deste outro que cuida, ou a separação do mesmo. A partir

destas ameaças o sujeito é remetido ao desamparo e a impotências iniciais da vida (BETTS, 2014).

O desamparo se coloca como uma experiência subjetiva que marca a cisão entre o eu e o outro (ALTOÉ e SILVA, 2013). Ao pensar no desamparo comum a todos os sujeitos e na construção de possíveis relações em torno da função de sobrevivência, tenta-se compreender o que acontece com os acolhidos que foram submetidos a uma reedição deste desamparo inicial sucessivas vezes, em função de separações concretas daqueles responsáveis por seu cuidado, como a retirada de suas famílias, a troca de pais sociais, etc.

Nesta compreensão, é preciso entender a população que vive em instituições de acolhimento para além das noções de carência e exclusão, caso contrário se estabelece uma centralidade na possível “desestruturação” de suas famílias de origem. Quando se adota tal centramento, parece produzir-se a culpabilização destas pela organização social em que participam, ao mesmo tempo em que se coloca o Estado num lugar de Grande Pai, único capaz de oferecer o melhor aos seus filhos. Entretanto, a pouca consideração com a singularidade dos sujeitos no abrigamento de crianças e/ou adolescentes levamos a questionar: não estaria o Estado repetindo tal organização social precária quando oferece dispositivos deficientes de cuidado?

Qual a função de um pai? Ou melhor, qual é o objetivo da função paterna segundo a psicanálise? A castração, a divisão de um sujeito, a inscrição da incompletude. Se assim o é, então não se pode julgar o Estado por ser falho. Não consiste, a falha, em uma parte importante do processo? De qual falha estamos falando? Qual falta é, então, constitutiva?

Quando se vê incompleto, o sujeito se coloca na posição de desejante e a partir disso pode criar novos caminhos pulsionais que o levem à construção de sua vida. Porém, este processo demanda que ele possa ser olhado e investido em sua singularidade, para que o desamparo constitutivo não se torne uma ameaça constante em seu devir. Esta pode ser, então, apontada como a falha da política de assistência prestada às crianças e jovens acolhidos. Há uma espécie de economia dos investimentos, se oferece o que o dinheiro pode

alcançar, enquanto a valorização do olhar singular fica no plano do *se possível*, geralmente dependendo da disposição dos profissionais que ocupam o cargo de pais sociais.

A pergunta que surge agora é: este olhar singularizante está garantido em qualquer espaço, institucional ou familiar? Ecoa uma resposta negativa ao se pensar rapidamente, não é mesmo? Portanto, os sintomas decorrentes desta falha não são específicos de uma situação de abrigo; além disso, há muito mais nestes jovens que os sinais que os levam a tratamentos psicoterápicos.

Tal perspectiva leva a seguir buscando por onde se subjetivam estes adolescentes que vivem em uma Casa Lar e nos contam desta falta de investimento singular através de seus sintomas, mas também demonstram potência e autonomia quando despertam o desejo de investir afetivamente naqueles que os acompanham, como os psicoterapeutas que os encontram por exemplo. E aqui declaro o que encontro em mim e em muitos colegas que também estão inseridos nesta clínica, pois é frequente que os terapeutas desses pacientes tenham que buscar ativamente recursos extras para dar continuidade ao tratamento, como captação de outros profissionais da saúde que não estão na rede pública, como aqueles que realizam avaliação psicodiagnóstica, por exemplo, e que aceitem oferecer o serviço sem honorários.

Este desejo, então, não é despertado nos pais sociais? É provável que, muitas vezes, sim. Mas atravessa este desejo todo um cenário que mistura suas vidas pessoais e ocupacionais, como a necessidade do cumprimento das regras impostas pelas coordenações das instituições empregadoras. Também a tarefa de ocupar uma posição de acolhimento frente às fortes demandas de cuidado dos acolhidos, que tentam vivenciar uma situação de amparo, pode levar ao endurecimento do cuidador como única possibilidade de dar conta da carga que lhe é demandada. Conforme já tratamos anteriormene, Dolto (1998) refere que os cuidadores acabam lidando com as intensas emoções dos acolhidos e que precisariam de um espaço de atenção permanente por parte da administração da instituição, porém é pouco comum que o recebam.

A função dos cuidadores, exercida nas casas de acolhimento, possui esta delicada questão. Ao mesmo tempo em que lhes impõem oferecer um cuidado que se aproxime ao de uma família, por tempo provisório, àqueles trabalhadores que ali vivem, também estão sujeitos a cobranças acerca da profissionalização de suas atribuições e da não substituição das famílias de origem dos acolhidos (MORÉ e SPERANGETTA, 2010).

Segundo Winnicott ([1965] 2011), o cuidado de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional tem que ser feito por pessoas com disposições particulares que, se pode afirmar, são em número limitado. Para que haja um melhor resultado, seria interessante que houvesse entre os funcionários do abrigo e a gestão uma equipe que pudesse fazer essa interlocução entre os dois, a fim garantir que a coordenação seja realizada e, ao mesmo tempo, os funcionários possam ser atendidos e percebidos em suas dificuldades e sucessos.

Ao cuidador é solicitado que se ofereça como família provisória com conhecimento técnico, ou seja, que ofereça cuidado de família, mas que não se constitua como família. Parece haver uma impossibilidade de ocupar um lugar específico, visto que há uma confusão na demanda. Quais efeitos tal pedido ambivalente pode produzir na relação dos acolhidos e seus cuidadores? Desde este cenário, é possível que a norma, como disciplinadora, acabe se impondo como alternativa viável. A fim de alcançar alguma efetividade em seu complicado papel, o cuidador social pode recorrer a atender as demandas de seu trabalho com a imposição da ordem, através do estabelecimento de um conjunto de regras.

Minha escuta de jovens vivendo em situação de abrigamento me faz testemunhar de frequentes tentativas dos abrigados em serem escutados empaticamente e vistos em suas singularidades, através de constantes solicitações ou atos que reivindicam atenção. A possibilidade que encontram é tentar convencer os cuidadores a não seguirem as regras. Ou melhor, encontrar uma brecha nesta regra para que seus desejos possam ser atendidos sem burlar a norma. Parecem tentar fazer frente ao que Birman aponta como

característica do momento histórico que nos atravessa: “A modernidade inventou a normatização do sujeito, do corpo e dos laços sociais como forma fundamental para regular as transgressões” (BIRMAN, 2015, p. 12).

Anya ilustra esta atitude na ocasião do aniversário de 15 anos de três adolescentes da sua Casa Lar. Elas pediram a autorização da mãe social para organizarem uma festa em comemoração da data, para as três. A resposta foi de que era preciso consultar a coordenação da casa sobre a possibilidade, e o pedido foi negado. Porém, ao se deparar com a frustração das meninas, a cuidadora resolveu que elas fariam uma festa ali mesmo, no ambiente da casa, com poucos convidados de fora e sem o conhecimento da gestão. Assim, organizou-se um evento típico de uma comemoração de 15 anos, onde se contou com a ajuda de todos da casa para conseguir doações de alimentos e bebidas e os vestidos para as jovens usarem na data especial. A festa foi menor que o desejado, mas foi um sucesso na opinião de Anya e a direção do abrigo nunca ficou sabendo.

Quais os efeitos da decisão desta mãe social? Seria considerada perversa sua atitude? Quais os motivos da proibição da festa pela coordenação? Não se sabe dizer, chegou como uma imposição injustificada, uma nova regra aplicada a serviço de algo que não se fundamenta ou não se explica, neste caso narrado.

Observa-se um tensionamento entre os dois lados: de uma parte está a direção que impõe suas normas, e no outro os abrigados que lutam pela singularização de suas existências, contrapondo-se ao conceito de norma. Essa disputa originada da tensão entre as lógicas de abrigados, cuidadores e coordenação leva os sujeitos acolhidos a ocuparem um lugar de transgressores. Em busca de uma existência como sujeito único e não coletivo, eles lutam pela não obediência à norma dentro da casa, enquanto seguem obedecendo à lei, que decide sobre o destino de suas vidas, pensada a partir das instâncias jurídicas e de proteção que podem enxergar cada caso no seu contexto e tomar decisões que respeitem as especificidades de suas histórias.

Quando se observa o funcionamento e as relações de uma Casa Lar, parece existir certo desejo dos abrigados em se entregar a um tirano pai, no caso representado pelo Estado, numa tentativa de alcançar um status de objeto de gozo, de ser desejado por alguém. Como comentado anteriormente, a relação dos sujeitos com a lei pode ser compreendida a partir do mito de Totem e Tabu, e também a noção de que a condição de sujeito desejante se origina de um crime contra o pai. Porém, é preciso estar atento a outra dimensão presente na inscrição da lei a partir do mito, que corresponde a um aspecto masoquista que deseja entregar-se como objeto de gozo àquele pai tirânico, que sempre terá sua morte lamentada. E isso não se refere à destruição do pai, mas à existência da pulsão de morte, que aniquila a condição de sujeito. O sujeito aparece, então, nesta tensão da condição vital que se coloca perante esta tendência aniquiladora. Pois é na contramão desse desejo de entrega por parte dos acolhidos que está a possibilidade do surgimento de suas subjetividades, quando podem, por outras vias, sobrepujam a pulsão de vida à pulsão de morte.

Para sair da condição masoquista, o sujeito precisa tomar a responsabilidade pelo seu desejo e assumir a palavra. Tal processo ocorre por uma possibilidade de inscrever em seu psiquismo marcas de satisfação de uma pulsão parcial. É fazer do desejo palavra e poder encarar a missão que a sublimação tem como objetivo, ou seja, alcançar o prazer para além do gozo incestuoso e sexual (KEHL, 2002).

O uso das regras por parte dos cuidadores não é uma decisão pensada, acontece quase como uma possibilidade dentro dos abrigos em função de alguns motivos já citados anteriormente, como a efetividade das tarefas da função de pai e mãe sociais, uma lógica de trabalho capitalista e, até mesmo, de ideias sobre educação presentes no discurso social. A necessidade dos abrigados em serem escutados em suas singularidades faz parte de uma condição de existência enquanto sujeitos. A relação das duas partes, portanto, pode adquirir este colorido disciplinador/transgressor. O que se pode fazer para mudar tal perspectiva exige um estudo mais aprofundado de todas as instâncias envolvidas nesta política. A pesquisa aqui proposta, através de uma

compreensão ampliada dos componentes do cenário de institucionalização, pretende contribuir para tal mudança de perspectiva.

A partir do exemplo da vivência de Anya, esta dinâmica da posição transgressora configurar-se como uma via para alcançar um olhar singularizado abre a perspectiva de encontrar os possíveis pontos subjetivantes que os adolescentes podem encontrar nos espaços institucionais. Não é possível afirmar que o único discurso presente nesses locais é o técnico-científico e tampouco que tais casas se configuram apenas como um espaço político-institucional pertencente às políticas públicas de assistência social, pois ao escutar os protagonistas destas histórias, sejam acolhidos, ou pais sociais, é possível reconhecer que há um constante esforço para investir na vida. Além disso, os jovens que ali se encontram mostram que além dos limites institucionais, eles vão ao encontro do externo. Tarefa fundamental do momento adolescente. Nesta relação com o mundo, o que se abre de possibilidade de subjetivação? Aliás, como acontece o processo de subjetivação na adolescência? Parece importante que, agora que temos uma ideia melhor do ambiente de acolhimento, possamos pormenorizar a noção de adolescência com a a qual trabalhamos na discussão este tema.



Porto Alegre, 02 de agosto de 2018

Querida Anastácia,

Como estás? Tu deves estar te perguntando neste momento por que te escrevo esta carta. E eu vou percebendo que já estou há alguns minutos pensando na resposta. Por que será que te escrevo? Essa minha primeira reflexão já me faz imaginar a tua expressão neste momento, uma cara de quem tá achando o papo muito estranho e pensando “viagem de psicóloga”. Então, vou tratar logo de responder. Te escrevo porque quero notícias tuas e, também, porque tu me ajudas a pensar. Que cara é essa de quem não entendeu ou não acreditou? Desde que nos conhecemos tu me proporciona muitas reflexões e mesmo à distância segues colaborando em meu fazer clínico como psicóloga.

Como está a tua vida? Como está sendo morar com a tua mãe? E teus irmãos, estão se dando bem contigo? A última pergunta é a única que posso imaginar uma resposta, pois conheço teu potencial de conquistar as pessoas. Tu chega com uma cara séria e desconfiada mas, quando sente algum tipo de retorno ou acolhimento do outro, tu começa a mostrar teu sorriso ainda tímido e aos poucos vais mostrando teu lado divertido, simpático, criativo e roqueiro. Em um curto período tu conquista um bom espaço nas tuas relações. Teu jeito intenso... deve ser isso. Ora, como não prestar atenção em uma jovem de cabelos vermelhos, olhos pintados, batom vinho, camisetas de rock e all star de cano bem alto? Tua imagem é forte. *Tu* és forte!

O que tu andas fazendo? Espero que possas ter continuado a frequentar a escola pois, além de ser importante para os teus objetivos de futuro, tu gostavas de ir nas aulas, estudar, encontrar teus colegas e amigos. As vezes tu dava umas dormidas? Sim, tu fazias isso, mas era porque tu já tinhas terminado a tarefa proposta pelo professor e tu não tinhas muita paciência de ficar apenas esperando. E a dança, continua? Porque eu acredito que curso de informática tu não fazes mais, já que tu fizeste três vezes no tempo em que estavas na Casa Lar. Mas a dança tu gostavas de fazer e evoluir nos níveis de aperfeiçoamento.

Nossa, lembro de muitas coisas que tu dedicavas teu tempo com prazer. Os animes, os desenhos belíssimos das personagens dos animes que tu fazias e os modelos de roupas que tu criavas, algumas leituras, as caminhadas com os amigos, as músicas novas que tu descobrias, o Facebook e o cosplay que tu estavas conhecendo nas últimas vezes que nos vimos. Ainda tens interesse por alguma dessas coisas? Espero que sim e que tenham surgido novas atividades do teu interesse. Aliás, o Facebook te levou longe, hein.... Eu diria que te levou para o mundo que tu querias viver. Para além do mundo virtual, tu usou a rede social para te conectares com tua família que pouco conhecias. Essa ferramenta pode ser poderosa mesmo.

E já que falei nos teus objetivos de futuro, como estão teus planos? Eram tantos né? Desde diversos cursos universitários, passando por viagens ininterruptas, até possíveis cargos políticos com a intenção de melhorar o país. Ainda estás sonhando com alguma dessas possibilidades ou já surgiram novas ideias? Era legal perceber que tais sonhos te pareciam distantes mas quase uma certeza de vida, até a próxima ideia surgir. Ora as faculdades eram teu futuro, ora as viagens, e assim tu ficavas fantasiando e construindo teus desejos.

E os amigos? Fizeste novos amigos? Já tá namorando? Que pergunta a minha... mais adequado seria perguntar qual dos caras apaixonados por ti que tu escolheu para namorar, porque pretendentes não faltavam.

Pois é, Anastácia, tu já deves estar no final da tua adolescência, chegando perto de completar 18 anos. Mas espera aí, é mesmo esse o final da adolescência? Como tu te sentes? Como tu te definirias? Porque, quando penso em adolescência, tua imagem aparece de imediato pra mim, mas já faz um tempo que não tenho notícias tuas. Aquela jovem intensa, sonhadora, que ora estava mal humorada com as tarefas de casa, ora estava escutando rock muito alto e se enchia de raiva com os limites que encontrava para seus desejos imediatos ainda existe? Te sentes adolescente ainda?

Enfim Anastácia, acho que fiz muitas perguntas, mas o adjetivo pouco não combina muito com as coisas que se referem a ti. Espero que estejas muito

bem e que teus sonhos se realizem. Obrigada por ter me proporcionado tanto aprendizado.

Um beijo

Com carinho,

Michelle

3 A ADOLESCÊNCIA – UMA ADOLESCÊNCIA

A destinatária da carta acima é uma adolescente. Como é possível fazer tal afirmação? Afinal, o que define a adolescência? Ela é adolescente apenas porque tem menos de 18 anos? O que compreende a adolescência?

Na teoria psicanalítica há diferentes perspectivas para entender este conceito e aqui parto das ideias do psicanalista argentino Ricardo Rodulfo para refletir sobre este momento da vida dos indivíduos. A escolha por este autor propõe-se a desconstruir alguns conceitos que tendem a limitar o entendimento para determinada parte da população e procura abranger as noções para outros contextos e novos tempos que, ao tratamos da adolescência, estão sempre em transformação.

Como definir um adolescente? Me refiro a um, porque certamente não existe *o adolescente*, não há uma universalidade que possa dar conta da riqueza de subjetividades que os indivíduos constroem nesse período da vida. É possível compreendê-los? Para além de suas rotinas, o que eles contam? Aliás, suas rotinas compõem tantos aspectos e, muito frequentemente, encontramos um silêncio errante no extenso caminho dos trilhamentos subjetivos. Por entre a escola, os amigos, festas e bandas de música, respiram jovens conflitados entre os anseios de viver e as limitações que encontram. Não seria este um conflito adolescente? O que transborda na adolescência?

O autor escolhido para compreender o momento adolescente se declara em uma posição apoiada em três pés. O primeiro ele chama, em seu livro *Futuro Porvenir* (RODULFO, 2008), de atitude psicanalítica, ou seja, a psicanálise como uma maneira de pensar. O segundo, a desconstrução de um texto a partir do entendimento do que aprendeu com Derrida; e o terceiro, uma análise estrutural de um texto a partir de Lévi-Strauss.

Sobre a atitude psicanalítica, Rodulfo sustenta que quando se entende a psicanálise como algo totalmente novo, uma inauguração, algo que não possui laços com ninguém, ela acaba ficando vulnerável a que velhas tradições de pensamento dominem o que pode trazer de novo. Para evitar que a psicanálise

se torne presa em velhas categorias, que não lhe servem, que podem, inclusive, fazer resistência, é preciso que ela desmonte a sua teoria para descobrir do que ela é feita (RODULFO, 2009).

A psicanálise é uma experiência da singularidade, ou seja, passa pela subjetividade de um indivíduo, pelo seu corpo e, portanto, depende de um encontro que produza sentido. Ela surge com uma promessa de liberação, inclusive na proposta de seu método que passa pela atenção flutuante e associação livre e ganha maior disseminação com a introdução da sexualidade em seu conjunto. Ao mesmo tempo, ela carrega consigo alguns elementos que, junto desta promessa de liberação, colocaram-na como uma teoria que conserva o lugar do pai. Um lugar mantido íntegro, que não se pode dividir, nem alterar. Há uma tendência a destinar qualquer coisa à conflitiva edípica, colocando esta num lugar de centro gravitacional universal do existir humano, acabando por configurar uma divisão entre o círculo familiar, denominado primário, e o social, chamado de secundário, pois só poderá existir, subjetivamente, a partir do que vem da família. Deste princípio surge a ideia do substituto, na qual qualquer homem adulto em relação a uma criança fará função de substituto paterno (RODULFO, 2009).

Uma das desvantagens de tal formação, que sugere a nova atitude psicanalítica defendida por Rodolfo, é a de pensar que qualquer problema que ocorra na família só pode ter sua origem neste mesmo lugar, o que põe a família como a única estrutura da subjetividade. Neste sentido, outras relações que fazem parte da vida dos sujeitos acabam não sendo muito consideradas, como os amigos e as mídias; ou são encaixadas na universalidade do complexo de Édipo (RODULFO, 2008).

A desconstrução de um texto, que o autor compreende a partir de Derrida, trata de perguntar de onde vêm os termos e que cargas eles trazem, repensando a independência e originalidade de alguns conceitos. A desconstrução é necessária para que se siga pensando sobre seus conceitos e não mais só se aplique o que já foi pensado. Não consiste em excluir tudo em nome de algo novo, mas em poder pensar o novo e naquilo que já se herdou,

fundamentalmente em como essa herança foi adquirida. “Desconstruir não é descartar nem desqualificar” (RODULFO, 2008, p. 22).

A partir de tais pressupostos, este autor irá compreender a adolescência como um acontecimento e como posição subjetiva que se constitui em um tempo que resiste à ocorrência de uma linearidade que conecte, via piloto automático, a infância com a adultez (RODULFO, 2004e). Para além da puberdade, que dá conta das questões biológicas e talvez até cronológicas, o que mais irá definir o momento adolescente é um deslocamento libidinal de um campo a outro. Quais campos? O interior e o exterior. Entretanto, não se trata apenas do campo familiar e extrafamiliar, pelo contrário, se trata de um trânsito dos adolescentes entre seus inúmeros caminhos de circulação, sendo muito deles construções próprias de si, a partir dos ambientes que convive. Tal movimentação só pode provocar uma série de conflitos, tensões, bloqueios, encontros e desencontros e aí os adolescentes precisam emaranhar-se e banhar-se de experiências que o subjetivem.

Para que todo esse trabalho possa acontecer, a adolescência precisa emergir a partir do rompimento de uma cadeia de transmissão, ou seja, que a posição adolescente rechace o que há de tradição como funcionamento da produção de sentido (RODULFO, 2008). É por isso que nesta época se repete toda a problemática da reestruturação narcisista, em movimento, em transformação.

Constitui um primeiro tempo desta nova estruturação a aparição de um estranho como consequência de um desamparo puberal, resultado da renúncia da proteção de uma imagem especular. A imagem ideal dos pais da primeira infância perde certa concretude e passa a ser mais abstrata, tornando-se uma referência para ideais que norteiam uma espécie de versão definitiva da personalidade (RODULFO, 1992). Assim, a adolescência, nos mais diversos contextos, pode ser determinada pela experiência de encontro com uma inconsistência enquanto tal (RODULFO, 2013f).

Portanto, a inauguração da adolescência pode-se dizer que é uma intensa movimentação no espelho, iniciando com a perda das garantias

identificatórias que antes funcionavam, mas que acabaram por expirar. Tal acontecimento provoca angústia no jovem que já não encontra mais a consistência que antes lhe imprimia confiança e, portanto, parte para a busca de soluções para este momento. Frente à intensidade desta perda e conflito, os adolescentes tendem a buscar saídas claramente intensas e assim são os adolescentes – intensos. Basta parar alguns minutos para tentar definir um adolescente e logo nos deparamos com a imagem de um indivíduo que chega com um grande volume e atordoa o ambiente com excessos ou exposições dignas de escuta. Mesmo a imagem de um adolescente entediado é cheia de intensidades, porque até o tédio é vivido assim, desmedido, abundante, até que o jovem cansa e busca atividades que lhe forneçam a intensidade que precisa viver.

Uma dessas tantas dificuldades vividas na adolescência é descobrir que o *ser grande*, apontado por Freud como o principal desejo infantil, na obra *Interpretação dos Sonhos* (1900), e o *ser adulto* são coisas diferentes. Onde os adolescentes achavam que havia um *grande* há um *adulto*. Esta decepção tarda a elaborar-se, pois se alcança a percepção de que o que vem depois da adolescência não é a grandeza e sim a adulez, que por eles é tão desqualificada em relação a seus pais (RODULFO, 2004c).

O que se segue frente a tal decepção é uma série de modulações que tentam dar conta de escapar do que eles entendem como adulto. Em vista disso, começam a surgir as resistências contra qualquer anúncio que tente prever alguma atitude ou estilo que os posicione em algum lugar. É possível perceber nos jovens de diferentes contextos sociais certo rechaço contra possíveis padrões detectados por outros a seu respeito. Então, se algum adulto anunciar que espera algo de um jovem, a probabilidade é que haja um esforço deste para se parecer, ao máximo, como o oposto.

Neste sentido, podemos identificar a adolescência como uma alteração em dimensão macro do caráter, mais especificamente, seria uma alteração contra uma obrigação de ter um caráter, de ter algo solidificado e de limites demarcados. Passam por este processo, também, as objeções frente a algumas

identificações e a exploração de outras possíveis. A adolescência pode ser pensada como a invenção de um novo estilo, sendo este o que contém a diferença absolutamente singularizada. Porém, se tal estilo é “batizado” com um significante específico, acaba por banalizar a inovação do jovem e o torna mais do mesmo, tal como qualquer outro. O estilo se dá pela alternativa de brincar com os ideais, ou seja, colocá-los em um espaço transicional que permite, de certa forma, que os elementos que o compõem estejam em relativa distância do superego. Uma passagem adolescente bem sucedida pode estar ligada justamente a essa capacidade de experimentar a diferença, tornar algo brincável, que dessa forma não ganha status rígido e esmagador (RODULFO, 2004e).

A partir de um entendimento sobre o desejo do púbere de não ser encontrado, Rodulfo propõe que os movimentos dos adolescentes, de sucessivos cortes aos pais e a tudo que é da esfera familiar, serão estratégias de separação do que se era até o momento, no sentido de identidade e posição infantil. Os adolescentes tratarão de evitar serem achados aí onde sempre estiveram, e para tanto irão resistir fortemente, com todos os recursos que estiverem a sua disposição, em serem referenciados em um caráter previsível e claramente situado (RODULFO, 2004e).

O autor, então, nos contempla com uma lista de oito paradoxos que são inerentes ao momento adolescente. *O primeiro* é a busca de independência em relação à família, que acaba por deixar os adolescentes dependentes ao que não é familiar, como amigos ou outros grupos aos quais pertence; *o segundo* é um paradoxo atual da adolescência, que tenta reprovar tudo o que tem a ver com a velhice ou ao que representa um envelhecer, mas, ao mesmo tempo, tem dificuldades de encontrar tais características em seus pais, uma vez que eles ainda não estão dispostos a adquirir os hábitos da tal “velhice”; *o terceiro* é quando a transgressão vira um hábito e assim deixa de ter a representação de transgressão; *o quarto* tem a ver com as leis e normas, quando, ao mesmo tempo que precisam transgredi-las para não se sentirem excluídos, precisam recriá-las na sua singularidade, geralmente em um processo coletivo; *o quinto* é

quando os adolescentes precisam se pôr à margem da família, do que é mais próprio, para poder reaparecer em outro lugar; o *sexto* diz respeito a maneira com que eles conseguem transformar suas fantasias em realidades factuais, principalmente através do uso de suas crenças como se fossem fatos reais; o *sétimo* refere-se à relação com os pais, em sentirem-se e não sentirem-se pertencentes ao seu lugar familiar; o *oitavo* e último paradoxo é quando os adolescentes precisam negar o sentimento de dor a algo que lhe doa, como uma sensação de rechaço pelos pais, por exemplo. É importante poder ver tais paradoxos como estruturantes e não apenas como manifestações patológicas do momento adolescente (RODULFO, 2004h).

Frente a tantos paradoxos, uma das principais tarefas que deve ocorrer na adolescência é a transformação da prática significativa do brincar em algo que podemos já chamar de trabalho, como uma forma especial de sublimação. Uma parte significativa do desejo que reside no brincar é, então, desdobrado no trabalho. A formação do desejo é trabalhada no brincar infantil intensamente e, a partir disso, certa força que é própria desse brincar fica disponível para a passagem ao trabalho e se torna uma base pulsional importante para esta atividade que é central no adulto (RODULFO, 1990).

Ainda, é preciso lidar com aquele estranho que surge no espelho. É difícil que não surja um certo incômodo em relação à imagem que ele reflete. Este estranho provoca incertezas na autoestima, não se trata mais da imagem estável da infância, há uma inconstância que pode provocar rejeição e mal-estar difíceis de aguentar.

É nesse tempo em que o jovem deve investir muito nos espelhos e usá-los para derramar uma série de coisas (desde o nome da família, como seus gostos e ideais identificatórios) que irão habitar o seu espelho e acompanhá-lo nesta passagem que marca o fim da infância e a aparição deste estranho que reverbera as diferenças de ser ou não ser (RODULFO, 2004b). A atividade dos adolescentes implica, para tanto, a invenção de alternativas em diferentes ordens, como modos de viver, de amar e de se relacionar, jogos, ensaios artísticos, hábitos e cerimônias que são estranhas para os adultos. Ocorrem

investimentos em iniciativas solidárias com propósitos de desativar determinadas exclusões e que levam a formas de atuação política, porém sempre distintas dos dispositivos políticos institucionalizados já conhecidos. Tudo isso é levado a cabo sob a perspectiva de uma forte crítica aos códigos da cultura herdada, tanto das pessoas quanto das instituições responsáveis por essa transmissão, demonstrando que não a aceitam e significando-a como aquilo que precisa mudar (RODULFO, 2013f).

Todos estes fenômenos podem ser mais bem suportados em grupo, já que no *entre* ficam diluídos e menos trabalhosos. Sendo assim, a adolescência merece ser pensada como mais que apenas uma etapa evolutiva do desenvolvimento de um indivíduo. Ela compreende um fenômeno de grupo que tem como objetivo um crítico enfrentamento ao mundo. Tarefa nada fácil. Os eventos individuais passam a estar a serviço de um grupo que está fora dos dispositivos de afetação social na cultura cotidiana, ou pelo menos assim eles pretendem estar. O grupo tem uma vasta rede de identificações e através dos ideais nele destacados funciona como um ponto de subjetivação para os adolescentes. Por isso, algo que não muda com o passar dos anos e das sucessivas gerações é o “hábito” dos adolescentes de andarem em grupo e serem fieis aos seus pares. Durante meu trabalho clínico, não raras vezes, escutei de adolescentes em diferentes contextos, psicoterápico, escolar e outros, que por vezes se sentem sozinhos em suas casas, mesmo com a presença de outros adultos, e que nestes momentos buscam os seus grupos para diluir tal sensação.

Com relação aos grupos, Rodolfo se utiliza do fenômeno rock para produzir um novo conceito sobre a adolescência. Em uma comparação do desenvolvimento histórico deste estilo musical com o processo adolescente, ele ilustra a importância do grupo para os jovens. Para ele, a banda, o espetáculo, os pares que se fazem companhia num show, o ambiente com fumaça, grandes telas, impetuosos volumes sonoros e jogos de luzes acabam por funcionar como a construção de uma nova categoria psíquica nos adolescentes, que pode ser chamada de *Nós*. A ideia é que tal categoria já está presente no indivíduo desde

sua infância, com os irmãos e os primeiros amigos. Porém, na adolescência, torna-se necessário que ela se eleve a outras proporções (RODULFO, 2004a).

A categoria do *Nós*, portanto, é preciso que seja vista como uma aquisição tardia e, até mesmo, arriscada, pois está exposta a falhas, reapropriações e extravios. Inclusive, porque para um adolescente o fato de ser reconhecido e admirado por seus amigos tem uma função de base e não meramente superficial, portanto é uma categoria que precisa ser experienciada a serviço da complexização dos processos de subjetivação.

Ainda que o *Nós* possa ser pensado como uma regressão a um momento de fusão, a ideia é que este ser e estar com o outro funcione como um reconhecimento da diferença no encontro com o outro como ele é. O *Nós* não precisa ser entendido como indiferenciação, como se fosse necessária uma distância essencial para que possa ocorrer a diferenciação. É possível que se possa diferenciar-se do outro sem tem que ir contra ele, sem tornar este processo componente de conjuntos binários: isto/aquilo, criança/adulto, eu/outro. A categoria do *Nós* traz um caráter de diferenciação sem oposição, que não é o mesmo que indiscriminação (RODULFO, 2004a).

Com a aquisição do *Nós*, há a possibilidade da passagem da criança para a vida adulta. Na transição entre o brincar e o trabalhar encontram-se, além dos processos do próprio sujeito, algo da história de sua família, algum mito familiar ou algo que tenha relação com as características das funções parentais vivenciadas. É neste momento que o sujeito se depara com o conflito entre o ideal que lhe aponta, o “como deveria ser”, e os seus próprios desejos, que ainda não estão totalmente evidentes. Daí surgem os desencontros e possíveis combinações, como a submissão ou rebeldia total, mas também pode surgir um trabalho de adaptação que o jovem faz, deste ideal, ao seu desejo (RODULFO, 1990).

Este é um momento delicado de todo o processo. Exige uma fineza dos adolescentes e daqueles que o cuidam em não instaurar excessos nem faltas. O ideal tem um movimento de duplo sentido, pois apesar da possibilidade de funcionar como esmagador do sujeito, quando ausente ou não instaurado pesa

ainda mais. Um buraco de ideal, no sentido de uma sustentação, pode implicar em graves patologias. Como diz Rodolfo:

Mas então, temos que considerar a própria categoria do ideal em seu coeficiente de ambiguidade, porquanto oscila entre esmagar o sujeito, com suas características, e estimulá-lo libidinalmente em sua autoconstrução (RODULFO, 1990, p. 166).

Há uma expoente intensificação da atividade pulsional a partir do *Nós*, pela potencialização pulsional dos corpos. Os adolescentes em grupo, dentro de um *Nós*, encontrarão companhia e cumplicidade em sua luta contra os *grandes*, aqueles aos quais devia obediência e conformismo quando pequeno e que insistem em prever suas ações e futuro.

A decepção adolescente é intensa. Ser grande não existe, a realidade os leva a adulez, que não contempla apenas a potência e liberdade que a grandeza lhes prometia. A criatividade humana aliada à ferramenta de alta velocidade da *web* nos presenteia com uma série de verdades em forma de chiste, que conhecemos como *memes*. Um deles, de vasta circulação nas redes sociais, dá conta dessa desilusão adolescente quanto à promessa de ser grande e a realidade de ser adulto: “Ser adulto é pagar boletos e tentar emagrecer”.



Ilustração 1: O que significa ser adulto. Fonte: <https://blogchacrinha.blogspot.com/2016/11/vida-de-adulto.html> Acesso em 12/01/2019

Não é à toa que uma das formas com que os jovens chamam os pais é de *velho* ou *coroa*, pois a decepção quanto a tal descobrimento é tão grande que os leva, inclusive, a rejeitar a hipótese de crescer e tornar-se este indivíduo que não é apenas potência, mas também cheio de deveres e responsabilidades. As consequências dessa recusa podem ser vistas como uma paralização do Ideal de Eu e são manifestadas em atos como fracassos escolares, isolamento no mundo virtual e os excessos em bebidas e substâncias psicoativas. Há um luto que não entra em cena e comporta uma rejeição por desejar, já que os desejos expõem perspectivas de futuro e levam ao crescimento.

Assim se vê a clássica posição adolescente, que é indiferente a tudo e todos e desqualifica tudo aquilo que os adultos trazem como uma atividade de prazer ou lazer, principalmente quando contém as introjeções dos desejos familiares. A boa notícia é que esta crise é longa, porém é passageira e os adolescentes conseguem recuperar sua esperança, já não mais ligada às imagens parentais, nas situações onde o ambiente lhe proporciona tal desprendimento (RODULFO, 2004c).

Tendo em mente o entendimento de Rodolfo sobre o percurso adolescente, penso que tentar entender a adolescência em situação de acolhimento institucional apenas sob a perspectiva de sua história de vida fora de um ambiente familiar poderá levar a um entendimento empobrecido de sua constituição subjetiva; seria apontar unicamente como patológicas suas manifestações, que já denunciam e condensam a própria conflitiva do período vivido.

A pergunta que passa a guiar minha construção de pensamento a partir dessas noções é: Quais as nuances de subjetivação de um adolescente que vive sob tutela?

Em geral, eles vivem neste cenário desde sua infância, portanto cedo são obrigados a amadurecer precocemente em função do desamparo parental, tenha sido este concretamente um abandono ou não, e chegam à adolescência com a mesma provisão ambiental precária em determinados aspectos.

Na Casa Lar passam os anos escutando que precisam saber se cuidar sozinhos, pois possuem um tempo limite de vivência dentro da casa que os acolheram. Aos 18 anos são obrigados a ter autonomia geral de suas vidas, pois não terão mais responsáveis legais pelo seu cuidado. Neste período, frequentam escolas, fazem amigos, podem iniciar a trabalhar e praticar algumas outras atividades, desde que vinculadas à instituição em que vivem. Certamente importantes efeitos surgem desta vivência, e é possível observar, nestes sujeitos, movimentos que acabam por configurar formas de processar estas marcas.

Sendo a vida dos sujeitos institucionalizados marcada por um contexto peculiar, os adolescentes que ali se encontram precisam buscar formas de subjetivar-se dentro das condições que lhes são impostas. Considero importante poder compreendê-los em suas singularidades e potências e não apenas como vítimas de suas histórias.



Porto Alegre, 14 de julho de 2018

Querida amiga,

Como estás? Faço esta pergunta ainda que eu já saiba parte da resposta, pois nos encontramos semanalmente e conversamos diariamente sobre a vida. Porém, sempre há algo que não se sabe, nem sempre dá tempo de conversarmos sobre tudo e sempre fica algo a ser contado em um próximo encontro. Desde que nos conhecemos é assim. E quantos encontros já tivemos? Pelo tanto de troca que há entre nós, eu só posso responder que o número é menor do que parece. Algumas relações parecem que nos alcançam na realidade tempos depois de nos terem chegado em outro plano. Encontro de almas? Eu acho que posso nomear assim, sou uma pessoa romântica e a escrita me permite ter menos vergonha do meu lirismo. O que quero dizer com isso é que o tempo que já convivemos juntas parece não contar da realidade de nossa relação, pois rapidamente nos tornamos amigas e diria até inseparáveis. Certamente tem algo meu que aqui se revela, pois agarrei com força essa oportunidade de criar e manter vínculo com alguém que oferece o tanto quanto eu ofereço numa relação de amizade.

Tu deves estar te perguntando o porquê de estar te escrevendo esta carta. Ou não, pois conversamos sobre isso e tu mesma solicitou esta escrita para me ajudar a pensar sobre minha pesquisa de mestrado. Em uma carona, quando me visse desanimada por estar me sentindo perdida em relação ao meu objeto de estudo, tu me olhaste, enquanto dirigias, e eu quieta ao teu lado, naquele silêncio que conta alto que tem algo que não está bem, mas que não tem força pra se expressar, e me pergunta: “O tu achas que se repete nesses atendimentos de pessoas abrigadas que te leva a querer pesquisar sobre isso?” Eu baixo a cabeça, me encolho e agarro um casaco de inverno que estava entre meus braços, como se quisesse me proteger daquilo que me perturba no aconchego daquela lã que protege o corpo do frio. Respondo um “eu não sei” como se fosse a mais constrangedora das respostas. E recebo o alívio trazido por tua resposta que me diz: “é a mais difícil das perguntas e é por ela que

poderemos conversar e tentar chegar, através da troca de ideias, a alguma conclusão”. Tu te despedes me dizendo que minha próxima escrita seria pra ti.

Então, estou aqui, e escrevo pensando em articular algumas ideias, pois assim como nosso encontro na vida já havia começado antes de nos conhecermos, posso iniciar nosso dialogo antes de receber tua resposta. O que se repete? O que se repete? Prefiro começar pensando em mim. O que se repete em mim? Minha história com os abrigados começa com o atendimento de um menino de 7 anos, segue com o atendimento de uma menina de 15 e continua, agora, com o tratamento de um outro menino de 8 anos. Eu repeti algo nessas três situações? Essa resposta está escancarada para mim e para os que convivem comigo no ambiente de trabalho, pois é rápido perceber o tanto de investimento que dispenso nesses casos. Vou tentar ser menos técnica nas palavras e deixar escapar mais o que genuinamente me movimenta. Em todos eles fui incansável nos esforços que tais situações exigem. Tá, não sei se incansável, porque de fato é inviável não cansar. Porém, apesar do cansaço, eu sempre desejei seguir o processo. Acho que estou falando muito e pouco explicando. Algo precisa ser contextualizado para alcançar sentido.

Quando atendemos crianças e adolescentes, sabemos que há mais fatores envolvidos no tratamento que o sujeito que recebemos. É preciso, geralmente, frequentes conversas com os responsáveis, companhia para os deslocamentos e a disposição do entorno envolvido no caso, para favorecer a evolução do paciente em questão. Com os sujeitos abrigados isso não é diferente, porém a dificuldade em garantir tais recursos pode esbarrar em questões de difícil contorno.

Por exemplo, algumas vezes o deslocamento dos pacientes até o ambiente de tratamento se torna impossível por razões burocráticas que estão além da autonomia de suas residências. Ou a impossibilidade de conversar com os principais cuidadores, pois não lhes é permitido deixar a rotina de trabalho. Enfim, coisas que podem acontecer em qualquer tratamento, porém nestes casos podem entrar em uma lógica trabalhista que fica, inclusive, inalcançável como material de análise.

É neste sentido que comentei de meus esforços pois, ao esbarrar nessas questões repetidas vezes, o cansaço me tomava, porém eu seguia desejando fortemente ajudar essas três pessoas que me despertavam forte envolvimento. Desde mudanças de horários das sessões em busca da alternativa mais viável para o abrigo, passando por visitas ao lugar em que residem para conseguir conversar com os cuidadores e até as sérias conversas com a direção geral dos espaços para cientificar da responsabilidade que nos toca nesses atendimentos e de uma possível medida extrema junto ao ministério público, fizeram parte do escopo de minha dedicação nestes atendimentos. Ora, se pode pensar que em muitos trabalhos isso é parte integrante das tarefas, mas no atendimento psicoterápico tais medidas não são comuns e, além disso, não havia uma remuneração do serviço prestado. Eu atendia por desejo e me dedicava esse tanto pois eles me despertavam muito desejo de ajudá-los em seus conflitos psíquicos, para que pudessem seguir os caminhos de suas vidas dentro das possibilidades encontradas, pois me surpreendia suas capacidades de adaptação, superação e criação. O que agora me leva a deslocar a questão de mim para eles. Tais pacientes estão no abrigo com uma marca, alguém não conseguiu cuidá-los e foi forçado a desistir. Como podem, então, me despertar esse desejo de não desistir, já que estão marcados pela desistência? Mas, será que é assim? Será que realmente alguém desistiu deles? Ou será que essas famílias que têm os filhos retirados não receberam os recursos necessários para uma organização familiar mínima ao cuidado essencial?

Em minha banca de qualificação (tu deves lembrar pois estavas lá) a professora Sandra Torossian comentou que há dados da Unicef de que, apesar de estar na lei que o abrigamento entra em cena após o esgotamento de todos os recursos de apoio à família, crianças e adolescentes são abrigados antes de zerarem as alternativas. E basta entrar em contato com a história de alguns deles para verificar rapidamente esta realidade. Entretanto, alguém desistiu, alguma instância cedeu aos entraves e optou pelo caminho do rompimento. O que posso pensar é que quem desistiu, o Estado, não está diretamente envolvido neste cenário de relações subjetivantes.

Posso seguir associando? Vou seguir. Eu comentei que esse diálogo já começou antes mesmo de tua leitura. A partir disso que pensei e escrevi agora, sabe o que me fez pensar? Como chegam essas crianças e adolescentes nos abrigos? São histórias diferentes, são contextos diversos, são caminhos únicos. Eles sabem de suas histórias? Com certeza sabem, mesmo que algumas vezes elas estejam protegidas pelo recalçamento, todos estiveram nelas. Porém, a pluralidade de singularidades leva à diversidade de elaborações. Alguns conseguem contar o que lembram, outros contam o que lhes foi contado e ainda há os que desconfiam de suas memórias frente aos relatos que escutam e os que desconfiam dos fatos contados em seus prontuários em função de suas lembranças. O que há de comum? Todos partem de um ponto, todos passam por uma grande mudança de contexto. De uma casa, e tudo o que acontecia nela, passam a viver em outra, com outras pessoas, outra modalidade de convivência, outros tantos diferentes que a nova situação implica. Qual o efeito disso? Pois ainda não sei. Essa é só uma primeira marca, uma inscrição entre tantas outras que já foram vividas e as que ainda serão. Como se organizar a partir disso? Eles que nos contam, e o que posso te afirmar é que eles vão muito além do conhecido psicanalítico trauma e sintoma. Há quem receba um limão e faça uma limonada, eles produzem um limoeiro e os frutos eu percebo no meu enorme desejo de ajudá-los quando precisam. Quando precisam.

Me despeço por aqui. Obrigada pela disposição. Nos vemos daqui a pouco.

Um beijo carinhoso.

Michelle Salazar

4 A (DES) CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ADOLESCÊNCIA

*Meu coração não se cansa
De ter esperança
De um dia ser tudo o que quer*

*Meu coração de criança
Não é só a lembrança
De um vulto feliz de mulher
Que passou por meu sonho sem dizer
adeus
E fez dos olhos meus um chorar mais
sem fim*

*Meu coração vagabundo
Quer guardar o mundo em mim*

(Caetano Veloso)

O que sente um coração? Abro este capítulo com esta pergunta tão simples de fazer, complexa de pensar e demorada para responder. O que sente o coração de um adolescente? Acabamos de percorrer o que é próprio do momento da adolescência e percebemos que a vasta pauta de sentimentos ali encontrados demanda um espécie de construção de experiências. Pois é desta composição que se adquire o ritmo e a harmonia necessários para a vivência da pluralidade de encontros, desencontros e não encontros que compõem esta passagem do desenvolvimento.

O que sente, então, o coração de um adolescente institucionalizado? Ora, a mesma coisa que todos os adolescentes (!). Será? Para viver experiências se conta com um repertório de vivências e lembranças, sejam conscientes ou inconscientes, aliado àquilo que o ambiente atual oferece ou, até mesmo, não oferece. Além disso, nesta equação, é fundamental o coração do adolescente, metáfora que estou usando para tratar daquilo que lhe é singular: sua força pulsional.

No entanto, para compreender os resultados de tal equação é preciso levar em conta que tanto o repertório quanto o ambiente dos jovens que vivem em Casas Lares possuem um trânsito que configura uma rede de experiências

desde diversos pontos, e não a partir de uma única instância. O que isso quer dizer? Que a sua trama subjetivante não possui um centro ordenador.

É frequente que se pense a experiência do abandono como centro da construção do psiquismo de uma criança ou adolescente institucionalizado. E seria irresponsável não considerá-la na sua rede de significações. Porém, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, nem sempre ocorreu um abandono direto da família e, inclusive, há casos em que a família acompanha o filho semanalmente na instituição com visitas presenciais e até mesmo contatos virtuais continuados pelas redes sociais. Ou seja, o cenário da instituição contém uma diversidade de elementos subjetivantes, porém não se configuram como um centro imponente com periferias secundárias em um sistema psíquico. Portanto, a história familiar não pode ser colocada como nuclear no arranjo psíquico destes jovens. Há uma circulação das instâncias subjetivadoras que os transformam durante os seus período na instituição, ao passo que se transformam em si.

Ao me deparar com esses adolescentes na experiência clínica, o desejo de ajudá-los me revelou suas potências de vida, pois para ser desejado se faz necessário ser desejante e isto ocorre quando a pulsão de vida, entrelaçada à pulsão de morte, se sobrepõe nos encontros com o mundo. Portanto, penso que a experiência institucional não somente limita as possibilidades de vida desses adolescentes. Os limites institucionais produzem barreiras para a experiência da vida em toda sua potência, entretanto a singularidade se coloca em busca de outras vias de realização.

Para entender como se produz a subjetividade dos adolescentes neste contexto, torna-se necessário perguntar-se: o que esta experiência de institucionalização pode produzir como limite ou como potência?

O autor escolhido para orientar esta reflexão trata justamente de questionar a teoria psicanalítica em sua tendência a centralizar um único ponto de subjetivação como primários e todo o resto como secundário. Ricardo Rodolfo passa então a traçar o que ele nomeia como desconstrução da psicanálise, na qual reflete, questiona e desmonta os principais conceitos

psicanalíticos, para tensioná-los a um diálogo com outras disciplinas. Desta forma, enriquece as análises do que é próprio da cultura contemporânea e se desprende de aspectos vitorianos da época da criação da teoria de Freud.

Desconstruir envolve a possibilidade de poder servir-se de uma teoria sem precisar concordar com todo o seu estatuto. É poder repensar o que está posto e deixar fluir o que acompanha a atualidade dos contextos, e não apenas reprimir o que está de cúmplice com os mitos da cultura. A desconstrução opera para que não se desminta aquilo que oprime e para que o silêncio não seja a escolha para lidar com a submissão, uma vez que este leva apenas à repetição (RODULFO, 2004d).

A desconstrução utilizada por Rodolfo não é sinônimo de desqualificação ou substituição, e nem implica tais processos. Esta ideia equivocada de desqualificação da desconstrução vem de um sistema dualista do pensar, algo a que a desconstrução se dirige, pois aponta que sempre há cumplicidades nas dicotomias. Trata-se de pensar com o que se pensa uma prática, que nem sempre vai coincidir com o que busca uma prática. Isso faz com que possamos olhar para os conceitos e usá-los da forma que irão possibilitar uma potência, livrando-os de quaisquer amarras que os prendam a um uso desviante de um percurso (RODULFO, 2008; 2009).

Para cumprir essa proposta, o autor, partir de uma leitura de Derrida, aproximou-se de um processo de desconstrução das posições binárias e estabeleceu certa distância do significante de estrutura. Porém, como tal procedimento implica em não descartar ou desqualificar o que está sendo repensado, sua aproximação com a obra lacaniana manteve-se presente no decurso do seu pensamento. A partir desta reformulação, alcançou um ponto em que as tais posições, que constituem o esqueleto de muitas teorias psicanalíticas, cessam sua dominância na forma de pensar os fenômenos que se propõem no seu campo. Através da desconstrução, o autor pôde desfazer-se da marca fálica freudiana sem rejeitá-la (RODULFO, 2004d).

Como este estudo trata de pensar a experiência da institucionalização de adolescentes desde uma perspectiva que põe em cena também as expressões

de potência destes jovens, e não apenas as manifestações patológicas que os levam à clínica, torna-se necessário buscar na teoria psicanalítica ideias que deem conta das peculiaridades de suas histórias que não compreendem o ideal da família burguesa, frequentemente presente nas formulações teóricas. Para tanto, a prática da desconstrução permite que se possa realizar tal análise em maior conformidade com o objeto de estudo em questão, uma vez que irá operar, principalmente, sobre colocações a respeito do ideal de família, centralização do Complexo de Édipo no sistema psíquico e o paradigma do incesto.

Para poder desconstruir um sistema teórico é preciso, primeiramente, que se saiba do que se tratam os conceitos que a compreendem. Na teoria psicanalítica, muitos dos principais conceitos surgiram em outras disciplinas e foram apropriados por Freud na construção do seu pensamento. O criador da psicanálise detinha vastos conhecimentos científicos, filosóficos, antropológicos e literários e formou seu sistema teórico a partir da clínica em diálogo com a sua cultura e toda esta erudição. Alguns psicanalistas mais conservadores tendem a transmitir os conceitos psicanalíticos como se fossem puros, próprios unicamente da psicanálise, o que acaba negando qualquer influência da cultura e da ideologia dominante à época de sua criação. Desconstruir empreende, então, uma atividade de decompor cada conceito e trilhar o caminho de sua construção, o que possibilita que se possa repensá-los e transformá-los em novas produções de conhecimento desde o contexto atual.

Entrando em tais ideias de desconstrução, o autor traz que a “teoria psicanalítica em si mesma” pode se colocar como um obstáculo para que se dê um trabalho da psicanálise concretamente, no sentido de uma análise singular de cada sujeito. Tal afirmação se reporta mais especificamente à metapsicologia que apresenta postulados de efeitos repetidos e refere-se aos chamados “novos paradigmas” e seus impasses sobre à psicanálise e seu corpo doutrinal. O que ele trata de apontar com esta colocação é que, frequentemente, os psicanalistas se apegam à teoria com rigidez, principalmente quando sentem falta de um referencial fálico monopolizador. E que, portanto, tendem a levar a uma inércia

dos princípios, que pode gerar resistência frente aos “novos paradigmas” (que demandam novas formulações) para ter a tranquilidade dos conceitos que lhes são familiares. Tal inércia é observada através da atitude de alguns psicanalistas de se apoiarem prioritariamente em um “princípio de identidade” da psicanálise, colocando barreiras nas evoluções que as mudanças sociais possam solicitar à teoria psicanalítica (RODULFO, 2004e).

O psicanalista argentino, então, afirma entender que a psicanálise surgiu com uma promessa de liberação, inclusive na proposta de seu método que passa pela atenção flutuante e associação livre e ganhou maior disseminação com a introdução da sexualidade em seu conjunto. Neste sentido, a psicanálise se enveredou em uma dimensão de esperança que promete mais que o alívio dos sintomas. Ao mesmo tempo, ela carregou consigo alguns elementos que a colocaram como uma teoria que conserva um lugar – o lugar do pai – que é mantido íntegro, não se pode dividi-lo e nem alterá-lo (RODULFO, 2004d).

A categoria de lugar assumiu esta idealidade de não poder ser interrogada subversivamente para que se mantenham os personagens e seus poderes ali estabelecidos. Na psicanálise, este lugar, por excelência, é o Nome-do-Pai. A partir de uma análise estrutural do texto, o autor acredita que o significante “ser pai”, no estatuto primordial lacaniano, põe acento no caráter de apropriação, destacado nesta mesma teoria, que aniquila tudo o que está fora desta dimensão. A partir disso, se faz um uso quase abusivo do que se pode chamar de “substituto paterno” que pode reduzir outras funções ou outras potentes significações. Assim, toda relação entre um homem e uma criança será “encaixada” nessa ideia de substituto parental. Parece que a psicanálise carece de nomes para as outras relações que a criança estabelece, além das relações parentais, e acaba por ajustar relações como as dos tios com as crianças, por exemplo, nesta grande categoria do substituto. Tais relações perdem assim suas especificidades, singularidades e, até mesmo, suas eficácias simbólicas dentro da teoria, ao serem significadas, posteriormente, como “paternas” (RODULFO, 2013b).

Para pensar estas outras relações que as crianças estabelecem, além das parentais, o autor busca em Jessica Benjamin⁵ o conceito do “segundo adulto”, que consiste em um lugar não apenas de ocupação, mas também de construção, criação e escrita. Se trata de um movimento conceitual para despaternalizar o lugar que esse segundo adulto pode ocupar. Outra importância deste conceito é que ele permite pensar a relação de um homem com uma criança em si mesma, na singularidade desta relação, sem, necessariamente, ter que implicá-la numa tríade subjetiva e remetê-la à problemática de um terceiro. Seria “tornar independentes” essas relações da problemática edípica. O segundo adulto despaternaliza o terceiro e desterceiriza o segundo, o que causa descentralização de tudo que era sublime no lugar do pai em relação ao lugar da mãe (RODULFO, 2004i). O autor afirma:

Enquanto no desconforto de sua localização se formulam alguns vãos, em geral, gestos de saudação e reconhecimento a ‘novas formas clínicas’, ‘novas formas de patologias’ etc., a comodidade média dos analistas parece esperar enfrentar tudo isso com sua leve distinção – ou oposição – entre o simbólico de uma função [sempre sustentada pelo simbólico do simbólico, vale dizer, a do ‘significante ser pai’ (Lacan)] e o imaginário dos cumprimentos ‘empíricos’, como se isso bastasse para dar conta de qualquer inovação nas figuras da família contemporânea, e repartido rótulos de ‘perverso’ a tudo que parece não estar o suficientemente tranquilo quando aplicada aquela oposição binária (ou seja, toda configuração empírica que oferece resistência e não deixa governar pela referência a uma função paterna normalizadora, se encarne onde se encarne). (RODULFO, 2004i, p. 226)

Do que se viu até o momento neste estudo, se sabe que a psicanálise surgiu com uma grande ideia descentralizadora, ameaçando os paradigmas vigentes na época, quando descentralizou o consciente das funções principais do psiquismo e trouxe os holofotes ao inconsciente. Ela trouxe um status para o inconsciente sem deixar, contudo, desaparecer a importância da consciência, que

5

Jéssica Benjamin é psicanalista americana, praticante em Nova Iorque, e faz parte do Programa de Pós-Doutorado em Psicologia da Universidade de Nova Iorque e do Centro Stephen Mitchell de Estudos Relacionais.

ainda é o que o ser humano tem de mais específico, que o diferencia das outras espécies animais existentes no mundo.

Porém, mesmo que a teoria psicanalítica tenha chegado com esta ação de descentramento, ela deixou uma brecha ao não tirar o centro do centro. O que isso quer dizer? Ela retira o consciente de uma posição central, mas deixa o centro intacto. Ao colocar o Complexo de Édipo no centro de sua teoria, da subjetividade e até mesmo da condição humana, impediu que seu sistema teórico fosse, de fato, descentralizado. Isto fez com que ocupasse um lugar de concepção do universo, incoerente com o que ela mesma propunha e defendia com seus conceitos heterodoxos (RODULFO, 2013b).

O centro é uma categoria da metafísica que se propõe a ordenar uma forma de pensamento. Somente a física contemporânea é que tratou de pensar diferente até o momento, as outras disciplinas sempre colocaram algo neste centro ordenador. No centro das teorias da psicanálise está a vida familiar, mais bem dita uma vida familiar burguesa de uma época vitoriana, com um inconsciente familiarizado, no sentido de ser ocupado pelo o que é próprio da família, e todo o resto adquire um caráter de periferia (RODULFO, 2013b).

Nesta sistemática, Freud instala uma cisão entre o que é primário e secundário no psiquismo. Sendo o familiar a única questão primária, todo o resto que compreende a cultura, a política e o social ficaram colocados em termos secundários, no sentido cronológico e também referente ao peso de sua importância na dinâmica psíquica. Tal política levou a teoria psicanalítica e a muitos psicanalistas a encontrarem dificuldades em se aproximarem dos fenômenos sociais, de forma desprendida de ideais conservadores e reducionistas. A noção do substituto, mencionada há pouco, deu subsídios para que se seguisse com esta centralidade, pois tudo que estava fora da família acabava levando o selo de substituto da mesma (RODULFO, 2013b).

Esta nuclearidade da teoria passou a ser questionada a partir dos avanços tecnocientíficos que trouxeram novos elementos na vida das pessoas. Para destituir tal ordenação, o principal a fazer é tirar o centro do seu lugar e, assim, desmanchar a sistematização freudiana de primário/secundário. Ou seja,

deixar de considerar que primeiro se configura somente a família e o social apenas depois disso (RODULFO, 2013b).

Tal reconfiguração afetará muitas das ideias conceituais, mas em termos de atitude psicanalítica a forma de pensar seguirá a mesma, uma vez que a psicanálise se iniciou descentralizando o poder do consciente. Além disso, a respeito desta mesma iniciativa descentralizadora da teoria psicanalítica, ela também trouxe foco para outras ideias que ainda estavam pouco significadas na época de sua construção teórica, como o fato de ter tratado da sexualidade de forma a não reduzi-la apenas à reprodução, à genitalidade e à heterossexualidade como metas primordiais e por excelência. Deu luz à polimorfia da sexualidade, que não trata de centrar-se em uma genitalidade unificadora, e colocou a sexualidade como além dos limites precisos e binários do tipo sexual/não sexual. Isso quer dizer que Freud buscou não demarcar um território para a sexualidade, tendo a observação clínica como aliada, pois esta não permitiu nem justificou que se retrocedesse neste ponto (RODULFO, 2013a).

Ao entrar no campo da sexualidade chega-se a uma das ideias primordiais da teoria psicanalítica – a proibição do incesto. Ela faz parte das proposições do Complexo de Édipo e do Complexo de Castração. O que parece ser proposto, em termos freudianos, é que não se permite a relação sexual entre pais e filhos, e tudo aquilo que está relacionado ao genital como motivo dominante, ou seja, tudo o que as pessoas sempre consideraram sexual sem dúvidas. Em termos psicanalíticos é tudo que compreende o genital e o pré-genital (amamentação, por exemplo). Neste sentido, ao ter em conta a sexualidade sem demarcações próprias, tudo aquilo que não é visto pelos indivíduos como incestuoso, mas que em termos psicanalíticos é uma prática da sexualidade (criança que dorme com os pais, por exemplo), parece ser então uma prescrição do incesto pela teoria psicanalítica. Quer dizer, já que a psicanálise compreende uma visão ampla da sexualidade, o que é do senso comum acaba sendo um incesto “permitido” (RODULFO, 2013a).

Muitos casos analisados por psicanalistas acabaram sendo alvos de estereótipos da teoria, pelo extenso uso da categoria do substituto, como por exemplo a relação de um professor com uma aluna, o que leva a ação incestuosa a transbordar de objetos no sistema psicanalítico. Para evitar tal generalização, é importante que não se legitime toda e qualquer atração de duas pessoas seja reduzida a termos edípicos (RODULFO, 2013a).

Para contar com um modelo teórico descentralizado de fato, é necessário descentralizar o Édipo e não oferecer o mesmo poder fálico a outra instância. A ideia é considerar outras instâncias de subjetivação, não a serviço de subtrair a importância da família na produção de subjetividade. Ela seguirá sendo fundamental e de peso, porém para que ela mesma não fique reduzida ao que é edípico torna-se necessário buscar outros pontos que não podem ser explicados pelo Complexo de Édipo, principalmente nos dias contemporâneos (RODULFO, 2013b).

Desde o início do século XX parece ocorrer um impacto nos processos de subjetivação, principalmente desde o declínio das ideias cristãs e judaico-cristãs, pelo menos em detrimento do pensamento científico. Tal “enfraquecimento” produziu movimento na subjetividade dos indivíduos (colocado entre aspas pois os tempos atuais parecem colocar em voga ideais cristãs, demonstrando, talvez, que não houve um declínio, mas um adormecimento das mesmas).

Percebe-se, hoje, uma enorme diferença entre as gerações dos indivíduos. Por exemplo, é provável que os bisavôs ou até mesmo os avôs de hoje tenham conhecido apenas o telefone em suas vidas jovens, já os seus netos dominam os aparelhos celulares e Ipads. Inclusive, com o mesmo celular tiram fotos dos conteúdos apresentados em sala de aula e só escrevem à mão, provavelmente, quando são obrigados pelo professor ou na hora das avaliações escolares. E ao precisarem de alguma informação, podem consultar o Google antes de perguntar a seus pais ou professores. Ainda, conseguem pensar e questionar sua orientação sexual desde antes da puberdade, sem que isso seja motivo de extrema alteração. O famigerado atravessamento do Édipo parece não garantir nenhuma trajetória em particular. Será que não se transmitiu

adequadamente a lei? Ou, então, será que já não há um único enunciado possível para se transmitir? (RODULFO, 2013e).

Rodulfo considera que o maior obstáculo que encontra na psicanálise é a tendência de muitos psicanalistas e não abrir mão de conceitos familiares e se agarrar à ortodoxias estabelecidas. Por isso, a ideia de desconstrução não se trata de apagar a teoria psicanalítica, ela é muito rica e importante. O que se propõe é que se faça aquilo que é da especialidade da psicanálise, examinar tudo pelo detalhe e que se possa descentralizar o centro para poder aproveitar as ideias edípicas na sua maior potência.

Para isso, o autor aponta, além da família, outras quatro instâncias de subjetivação que tentam dar conta dos diferentes contextos que vivem os sujeitos nos dias contemporâneos. São elas: *os pares, o campo da ficção, a escola e as telas* (RODULFO, 2013c). A ideia de novas instâncias de subjetivação é poder percebê-las em sua organização na vida de um sujeito e como se articulam na tessitura do seu sistema. Através da clínica, seja ela a psicoterapia ou a clínica ampliada (a clínica que extravasa as paredes de um *setting* tradicional psicanalítico e avança para outros lugares onde podem ocorrer relações terapêuticas, como a Casa Lar, por exemplo), é possível observar a presença e o potencial das instâncias subjetivantes, cada uma com sua devida importância no indivíduo em questão, sem que alguma precise ocupar um lugar primordial e centralizador, deixando o centro vazio até um ponto em que não se possa identificar um centro, pois já não existirá mais.

4.1 As instâncias de Subjetivação: o caminho que subjetiva

Para o intuito deste estudo, refletir sobre a produção de subjetividade dos adolescentes acolhidos institucionalmente, considerar a diversidade de instâncias de subjetivação é fundamental, pois eles estão inseridos em um contexto diferente de uma família, porém é onde vivem e constroem suas vidas. Eles moram em uma casa, cumprem tarefas de rotina doméstica, vão à escola e precisam obedecer a regras. Portanto, torna-se necessário observar as demais

instâncias de produção de subjetividade proposta por Rodolfo, a fim de melhor compreendê-las, para não correr o risco de focalizarmos nossa atenção sobre patologias e não nos sujeitos.

A primeira instância a ser analisada é a família, pois além de ter esse peso na teoria psicanalítica, tendo sempre sido considerada como primária, e aqui estamos propondo descentralizá-la e singularizá-la, é uma instância que permeia todas as discussões sobre a vida das crianças e adolescentes institucionalizados. Cada indivíduo que entra para uma Casa Lar chega acompanhado de uma série de perguntas e quase todas se referem à sua família e à sua história familiar. Houve abandono pelos pais? Por que os pais o abandonaram? O que fazem os pais deste jovem cidadão? Quais os outros membros da família que possui? Enfim, um questionário que busca muito sobre o ambiente familiar e pouco sobre o que existe além da família na vida daquele indivíduo. Com certeza é necessário todo esse conhecimento; por conseguinte as respostas são de suma importância, porém, além delas, o resto da vida também precisa ser investigado e conhecido, pois o caminho que se segue, após a entrada na Casa Lar, precisará de considerações para que se siga criando e recriando esta particular história.

Pois bem, como repensar a família dentro desta teoria, digamos, “familiarista” sem destituir um de seus pilares teóricos – o Complexo de Édipo? Ao voltar nosso olhar para a história, percebemos que ao longo do tempo houve importantes revoluções mito-políticas na sociedade, como a reconfiguração de muitas relações a partir dos avanços tecnológicos, que demandaram o questionamento de algumas teorizações já estabelecidas na teoria psicanalítica. O que se coloca em questão, portanto, não é a anulação do Complexo de Édipo, e sim poder tomá-lo como mais um destino do processo subjetivo, não centralizado na organização deste sistema. É possível que se decline a importância do complexo de Édipo?

Algumas destas revoluções impactantes na sociedade demonstram não só a possibilidade disso como a necessidade do afrouxamento desta soberania do Édipo para a teoria. Primeiro, a atual e crescente tendência de

enfraquecimento das posições binárias, pois a conflitiva edípica as exige bem estabelecidas; também, a queda da oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, inclusive com o aumento de casais homoafetivos que desejam e têm filhos, o que impossibilita o entendimento do Complexo de Édipo quando se toma o mesmo baseado em uma normativa heterossexual; e ainda, a existência de diferentes relações, algumas delas ainda sem nome, nas famílias reconfiguradas. Tomemos como exemplo a relação de uma filha com a namorada do pai, que exerce influência na vida da menina, porém a mãe ainda está presente e cumprindo todas as suas funções maternas. O surgimento deste modelo foge de uma triangulação precisa, e causa efeitos, novamente, na compreensão do Complexo de Édipo (RODULFO, 2013b).

Torna-se necessário, então, que surjam novas posições e se repensem algumas categorias para dar conta da complexidade que emerge dessas configurações familiares tão atuais. Desde sempre se vêm propondo repensar e evoluir na teoria, como já o fez Derrida, Winnicott, Lacan e até mesmo Freud quando procurou pensar uma outra finalidade para o desejo da criança para além da mãe. É possível que tantas das reformulações necessárias estejam presentes nos textos psicanalíticos nas periferias da escrita, naquilo que escapa da apreensão do leitor e estejam ali prontas para serem colocadas em cena no momento que explodem suas potências.

A já comentada noção do substituto na teoria psicanalítica, usada e abusada a serviço da soberania do complexo de Édipo, impediu que se observasse outra das instâncias subjetivantes fundamentais na vida de um indivíduo – a relação com os pares. Estes não se limitam aos irmãos, mesmo porque as vezes não há irmãos, e se estendem aos pares, a outras pessoas. É incontestável a importância de outras crianças para brincar; mesmo quando ainda não exista uma interação propriamente dita neste brincar, há uma aproximação de um grupo onde cada um brinca com a sua fantasia. Não se trata apenas de algo especular, e sim de produzir uma atividade juntos (RODULFO, 2013b).

Ao observar um bebê, não se pode negar o interesse que ele manifesta em outros bebês. Isso está muito além de relações de parentesco ou rivalizações fraternas. Um bebê quando vê outro bebê, em geral, se encanta e lhe desperta uma curiosidade de explorar, o que remete ao brincar juntos, mesmo quando este ainda é paralelo e não compartilhado. É necessário diferenciar no plano das identificações quais pares remetem a figuras familiares, pais e irmãos, e quais estão relacionadas a outras crianças. No brincar junto, mesmo que ainda separado, entra em jogo o campo da especularidade e este é o que está na base da imitação, da cópia, imprescindível para o desenvolvimento inicial dos indivíduos.

Porém, a relação com os pares não está apenas reduzida ao especular, visto a curiosidade e a atração, por vezes carregada de ambivalência, que os aproxima uns aos outros. Há dois importantes efeitos de subjetivação que ocorrem a partir dessa relação: no primeiro, a criança passa a se sentir um nós, a sentir-se membro de um nós. Para constituir esta categoria do *Nós* é de fundamental importância que se considerem as relações dos pares além dos parentescos, pois os aspectos familiares dão conta de uma categoria íntima e não da pertença a um nós no mundo. O segundo efeito tem a ver com a questão do amigo, que é uma figura essencial, singular e irreduzível no processo de subjetivação dos jovens.

Derrida (*apud* ORTEGA, 2000), ao refletir sobre a amizade, demonstra que dentro do que se entende como familiar sempre pode ser encontrado o estranho. Sendo assim, o espaço familiar deixa de ser equivalente de tranquilidade e segurança e passa a ser um lugar que confronta com a alteridade, permitindo desconstruir aquilo que suprime e exclui as singularidades e a criação de abertura para o outro.

O amigo é uma figura de importância fundamental e constitui a primeira relação de “casal” que se forma na vida de um indivíduo, no sentido de alguém que está fora da família e com quem se cria uma relação de intimidade. Tal processo exige a operação de ver o outro como duplo, é um trabalho de suplementação, pois onde havia alguém conhecido entra um outro que

extravasa a ideia do familiar ou do estranho, porque passa a ser íntimo sem pertencer a nenhuma das duas categorias. O amigo é aquele que faz a primeira mediação entre o que é familiar e o mundo estranho. É pelo amigo que se inicia uma nova intimidade, agora não mais corporal e sim no âmbito da cultura. É preciso considerar a amizade além da ideia freudiana da ternura, ou seja, da pulsão inibida na sua meta, pois não é raro que a relação com um amigo se torne erotizada (RODULFO, 2013c).

Nietzsche entende a amizade como uma relação que pode guardar uma distância entre o um e o outro. Ela aproxima ambos, porém não funde suas identidades, já que passa pelo reconhecimento da diferença. O exercício da amizade pode ser considerado como uma celebração da diferença, e é uma experiência que contém a marca da inconstância e imprevisibilidade, ou seja, aberta para a novidade e para a invenção. Além disso, consiste numa relação sem simetria nem lugares previamente estabelecidos para os seus componentes, e configura um jogo estratégico de movimentos que não permite prescrições (NIETZSCHE, 2000; DERRIDA, *apud* PALOMBINI, 2009).

A amizade é algo que mantém uma lacuna entre um e outro, preserva uma diferença que não se transpõe, mas que une, atrai, junta como um movimento de liberdade. Nas relações cotidianas, a amizade pode provocar experimentações que levam os sujeitos a suas subjetividades modificadas, dando surgimento a novos sujeitos sociais que podem alcançar ações políticas inovadoras (BLANCHOT, 1976; GOMES e SILVA JÚNIOR, 2007). Como diz Ortega:

No amigo, não devemos reconhecer-nos para fortalecer a nossa identidade. A relação de amizade poderia desenvolver uma sensibilidade para as diferenças de opinião e de gostos. Somente essa distância, esse agonismo, essa disposição a nos deixarmos questionar em nossas crenças e ideais, através do relacionamento com o amigo, constitui a base para uma amizade para além da reciprocidade, do parentesco, da incorporação do outro (ORTEGA, 2000, p. 79).

Um dos locais mais potentes para se fazer amizades é a escola, outra importante instância citada por Rodufo (2013c), afinal crianças e adolescentes passam boa parte de seus dias dentro deste ambiente, convivendo com muitas e diferentes pessoas e todas estão em processo de desenvolvimento e formação subjetiva. A possibilidade de troca nas relações que a escola proporciona nenhum outro ambiente pode oferecer, pois ali circula todo tipo de diferença e, quase sempre, em grande escala. Outros ambientes que também fazem parte da rotina dos estudantes, como os clubes, as escolas de idiomas, de esportes ou de música tendem a concentrar grupos segmentados e menores. Portanto, a escola é uma instância de enorme importância no processo de subjetivação daqueles que a frequentam.

O ambiente escolar proporciona que o aluno tenha a possibilidade de aprender a conduzir suas relações pessoais de fora da família. Seu maior êxito está na possibilidade que oferece aos alunos de aprender a conduzir suas relações interpessoais por si mesmos e, ainda, torná-los capazes de realizar feitos em busca de crescimento pessoal. É no colégio que as crianças possuem a oportunidade de criar e lidar com as relações impessoais que estão articuladas ao conjunto de normas que recebem, supostamente iguais para todos e, por conseguinte, impessoais – embora as crianças sejam muito mais espertas do que os dispositivos as creem e sempre tentam reivindicar justiça ao invocar a singularidade de seus casos (RODULFO, 2013c).

Os processos de aprendizagem e seus efeitos nos alunos atuam não somente nos processos cognitivos, mas também no desejo de ser grande, na sua autoestima e na capacidade de poder dar sentido ao que fazem. Ao longo da vida escolar, é desejável que o aluno possa adquirir uma capacidade fundamental para o enfrentamento de conflitos futuros, que é a de fazer coisas mesmo sem vontade, mas motivadas por um desejo, principalmente o de ser grande. Este paradoxo se pode observar muito bem nas crianças que costumam dizer que não gostam de ir à escola, mas vão sem resistências e passam muito bem o tempo que ali estão. Se não é adquirido, o desejo pode ficar submetido à estados de ânimo, que por situações diversas da vida nem sempre estarão

preservados, ou ficar à mercê de uma cobrança social sobre o que se está tentando realizar (RODULFO, 2013c).

As escolas privadas e, em algumas ocasiões, também as públicas tendem a orientar que os pais ou cuidadores acompanhem e supervisionem a realização das tarefas escolares que são solicitadas em sala de aula e reforçam a ideia de que os alunos não escapem desta missão que é do cumprimento das normas escolares. Assim, fica dificultada a tarefa dos alunos de conseguirem momentos de solidão prazerosa, uma vez que intensificam sua dependência de uma presença adulta continuada, sem que se constitua um ato incestuoso, afinal são atividades cognitivas e assexuadas. Este quadro de domínio não dá espaço para a não presença. Se uma criança ou jovem não encontra uma forma de se rebelar, poderá ficar fixado em autoridades familiares e educativas e tornar-se um objeto dócil para manipulações incestuosas, separado de sua própria solidão.

A escola pode configurar um espaço que permita ao adolescente engajar-se em um ideal e operar transformações, sendo o protagonista do seu desejo. Pode ser um dos primeiros espaços na expansão das possibilidades de exogamia. Ela oferece novas oportunidades de investimento psíquico que permitem que se acentuem as dificuldades intrapsíquicas e intersubjetivas (FUKS, 2016).

A escola tem um papel fundamental de se oferecer como suporte para que o jovem possa se desenvolver e trilhar um caminho de elaborações, frustrações e renúncias, reconhecendo a lei em qualquer situação experimentada ao longo da vida. (FUKS, 2016, p. 11).

Ao tratar da escola percebe-se que os personagens que ali circulam deixam marcas na vivência do aluno e passam a compor um imaginário ficcional que o orienta nas suas relações com o mundo. Por exemplo, constitui um equívoco considerar que a percepção de uma criança a respeito de seus pais consiste apenas em dados da realidade. Tal noção está carregada de figuras míticas e fictícias, que pode ser bem observada na adolescência quando o

jovem constrói a história de sua família com diferenças da descrição histórica da mesma. A relação dos pais com os filhos adquire um caráter novelístico, não em termos de conteúdos latentes edípicos como propostos pela ideia da novela familiar freudiana, mas sim pela construção de fábulas a respeito do que é ser pai, mãe e filho, incluindo as novelas que os pais já carregavam antes de adquirir determinados papéis.

Quanto ao campo das ficções, Rodolfo ressalta a importância de escutar as hipóteses ficcionais dos sujeitos a respeito de sua família, preservando o caráter de invenção em cada um dos atos lúdicos, pois o que lhes dá sentido é o fato de terem sido criações próprias da pessoa. É preciso respeitar a singularidade que vive em cada uma das criações e se eximir da obrigação de reintegrá-las a alguma cadeia simbólica ou significativa convencional. A produção ficcional se caracteriza por trazer a marca da presença do sujeito, pois ela é realizada a partir do recalçamento que vem junto do retorno do recalcado e indica o lugar de sujeito do inconsciente (RODULFO, 2013d; POLI, 2005).

A última instância proposta pelo autor é de fundamental importância para a análise da subjetividade de crianças e adolescentes e, poderia se dizer, mais significativa ainda para pensar os jovens institucionalizados em Casas Lares. Trata-se do que o autor resumiu com o nome de *telas*. Ele aponta que elas deslocam as fronteiras entre o público e o privado e reconfiguram os processos de subjetivação. Essa instância possui sua importância na vida destes jovens, pois ademais das telas da televisão, onde eles encontram histórias parecidas com as suas em alguns programas, as telas dos celulares e computador que contêm as redes sociais têm uma dimensão diferenciada para estes sujeitos, pois se tratam de uma janela para o mundo além da instituição (RODULFO, 2013b).

Na relação com o mundo, o que se abre de possibilidade para subjetivação? Uma grande revolução provocada pelas telas, precisamente as que concentram as redes sociais, está na ideia do encontro. Para encontrar-se não é mais necessária a presença física, é comum que *chats* ou trocas de *posts* em redes sociais sejam considerados encontros com alguém, como o frequente

contato que alguns adolescentes têm com familiares pela internet. Inclusive o virtual alcança a relação sexual, quando se considera transar com alguém sem a presença de um corpo. Estaria aqui a perversidade polimorfa tomando outras dimensões?

Sobretudo é importante considerar os efeitos que as telas provocaram no tempo, em termos de velocidade e até mesmo instantaneidade. As notícias chegam em instantes, sejam por portais de notícias e até mesmo por mensagens de *Whatsapp*, e não dão conta apenas de notícias locais que poderiam remeter a uma identificação imediata, porém de uma diversidade de informações sobre qualquer lugar e grupo espalhados pelo mundo, e podem suscitar o mesmo efeito, porém de algo muito mais distante que um grupo de iguais (RODULFO, 2013c).

4.2 Uma jovem e sua trama subjetivante

Me volto especificamente, agora, aos adolescentes acolhidos. O que carregam estes corações? Como afirma Caetano Veloso na citação do início deste capítulo, o coração não é só a lembrança de um vulto feliz de mulher que passou nos sonhos sem dizer adeus. Precisamos olhar para tudo o que está dentro dos corações desses jovens. Além da lembrança da mãe, coexistem as antigas e novas vivências com todas as figuras que atravessam, permanecem e se despedem de suas vidas. Vou pedir o auxílio de Anya, que pode nos demonstrar do que é composta sua subjetividade e qual o itinerário que ela percorreu para a sua construção.

A nossa personagem, em toda sua complexidade, ao reunir diferentes vivências clínicas que tive com este público de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, permite uma aproximação mais horizontal da realidade em que eles vivem, possibilitando olhá-los, escutá-los e considerá-los desde uma posição psicanalítica que prima por entender o outro a partir do que vem dele e pela construção que parte dos elementos nele encontrados. Então, a análise que proponho neste momento é compreender a produção de

subjetividade dos adolescentes institucionalizado em sua idiossincrasia, tomando de apoio ideias teóricas que permitam esta compreensão singular.

É preciso reconhecer, primeiramente, que o espaço em que ela vive irrompe num cenário além do familiar, lugar de excelência do Complexo de Édipo. Seria o Complexo de Édipo, então, elemento central na vida Anya? Ela mora com dois tutores, chamados de pais sociais, e com mais oito ou nove pessoas de diferentes idades. Todos da casa possuem mães e pais, com exceção daqueles que já souberam de seus falecimentos. Sua residência, inclusive, permite receber visitas de familiares, ou seja, ela tem família mas não é com ela que divide os espaços que habita. Há efeitos de tudo isso? Certamente sim. Porém parece que cada situação cobra um espaço no seu psiquismo de acordo com sua história particular, quer dizer, o peso do elemento familiar será diferente de seus colegas de Casa Lar, por exemplo.

Portanto, para entendê-la é preciso aceitar que não há uma centralidade da instância familiarista na sua formação e composição psíquica. Nos encontros com Anya, ela se referia sim à sua história familiar, mas com muito mais excitação falava sobre os elementos atuais de seu cenário. Mesmo retirando a família do centro ordenador, ela segue tendo seu peso de importância.

Quem era a família de Anya? Quem eram seus pais? Irmãos? Ela conhecia todos? Sabia da existência de todos? Sua mãe, a princípio não se sabia onde estava, depois surgiu um contato frequente, o pai nunca se soube, um irmão mais velho ela preferia não saber, irmãos mais novos passaram a ser conhecidos. O saber não é o mesmo que a verdade. Anya não sabia onde estavam seus familiares, mas os tinha como verdade dentro de si, o que inclusive lhe dava a chance de escolher não saber. Esta verdade compunha um centro ordenador? Há quem possa entender que sim, porém os diálogos de Anya transpareciam uma trama psíquica mais complexa e emaranhada em diversos pontos. Quando ela afirmava, por exemplo, que queria ter um cargo político para criar uma sociedade melhor, não era apenas sobre o desejo de ter um mundo diferente para pessoas como ela que foram afastadas de sua família. Ela trazia tal referência, também, identificada à tia Susana: “Eu quero ajudar as

peessoas, como a tia Susana, pois quero ser uma pessoa boa como ela é". Sempre que se referia a essa possibilidade de futuro comentava que seu desejo por ajudar aos outros ela já conseguia praticar através de projetos sociais na escola que se destinavam a diferentes causas.

Outra possibilidade de futuro que aventava era a de ter uma vida pelo mundo, pois a ideia de ter uma família lhe era atraente, mas tinha uma questão desejante com a liberdade de poder conhecer diferentes lugares e viver distintas culturas ao morar em um país diferente a cada dois ou três anos. Havia nesta possível fantasia um medo de vincular-se, por isso pensava uma vida de ir e vir com poucos vínculos, porém era mais saliente o receio das amarras e limites que encontrava nos sistemas institucionais, adquiridos principalmente pelo entendimento que tinha das pretensões de cuidado do acolhimento. Não se tratava apenas do medo de perder, por abandono ou impossibilidade de ligação que experimentou com sua família, mas especialmente do medo de estar presa e sem possibilidade de explorar o seu vigor.

O que percebo ao refletir sobre tais cenas da personagem é que a subjetividade de Anya não encontrava amparo em um ordenamento familiar e edípico. Ela teceu uma rede psíquica amparando-se em pontos de identificação diversos de seu cenário e, assim, pôde complexizar seus recursos e não paralisar-se diante das falhas que encontrava em seu ambiente. É claro que Anya, por diversas vezes, apresentou sintomas reveladores de suas angústias, principalmente quando se deparava com afastamento de figuras de amor, como a saída da tia Susana da Casa Lar, por exemplo. Ou como quando se proibiu que ela usasse o celular por um tempo, e ficou agressiva e deprimida. Mas, em ambas as situações, o que se expressava era a sua revolta com os limites que encontrava para ser única. A tia Susana sempre a deixou fazer atividades, teoricamente, proibidas pela direção do abrigo, pois entendia que ela tinha responsabilidade em empreendê-las e o celular era seu principal meio de conexão com o mundo, através das redes sociais.

Aqui está algo que Anya pode nos mostrar em toda sua diferença dentro do ambiente institucional. No grupo que convivia na Casa Lar, apesar do menor

espaço para a privacidade (casa sempre ocupada por muitos, por exemplo), ela preferia realizar suas atividades domésticas e escolares sozinha. Ela sabia que podia pedir auxílio a um colega ou aos pais sociais para possíveis dificuldades, e às vezes até o fazia, mas neste sentido tinha autonomia para gerir as suas tarefas sem uma cobrança excessiva sobre seu desempenho. É certo que nas casas de famílias tal situação também pode ocorrer, mas a Casa Lar, neste sentido, oferece este espaço democrático sem esforço, pois desde cedo entendem que para dar conta de todos os moradores só irão auxiliar quando solicitados, por isso sempre se colocam à disposição sem exercer controle ou negligenciar esta área.

A vida desta personagem possui diferentes pessoas responsáveis pelo seu cuidado, como a esta tia Susana que é sua mãe social. Anya tinha uma relação de intimidade e respeito com ela, boa parte do seu discurso continha as referências que ela adquiriu nesta ligação. A tia Susana não era uma substituta simbólica de alguma função parental. Anya tinha a sua mãe e a tia Susana não se colocava neste lugar materno, mesmo porque está na orientação de suas atribuições como mãe social não oferecer-se como tal representação. Anya tampouco a colocava neste lugar, para ela a tia Susana era uma mulher sábia, que tinha esse trabalho por ser uma boa pessoa e a única capaz de olhar a todos em sua diferença, disposta a encarar o estatuto das regras para vê-los felizes. Entretanto, ela não era a única na vida desta jovem, os amigos, os colegas da Casa Lar, os professores da escola e o de dança, todos eram tomados em suas especificidades de vínculo, muito além da representação simbólica que os reduziriam em seus efeitos. Poderia a teoria psicanalítica alcançar esta diversificação das funções de cada ligação que os adolescentes adquirem ao longo de seu desenvolvimento? Mais, seria possível não categorizar tais relações em lugares estanques reservados a uma ordenação edípica? Quando Anya narra sua história, cada indivíduo trazido em seu discurso participou de uma significativa rede subjetivante, cada um com sua particularidade fornecida pelo contexto e momento que foi vivido.

Como já está claro pelo objeto de estudo deste trabalho, os adolescentes aqui estudados não vivem com as famílias, o que não quer dizer que não possuem relação com as mesmas. Porém, mais do que isso, os pares e amigos neste caso implicam em importantes relacionamentos adquiridos. Quando Anya falava dos outros moradores de sua Casa Lar, ela não os referia como familiares ou amigos, era o “fulaninho” que mora lá na casa, o colega, o “beltraninho” que divide o quarto comigo, entre outros adjetivos. Havia um outro colorido quando ela comentava sobre seus amigos, todos de fora da casa. Referente aos companheiros de moradia, se impunha uma certa fraternidade em termos de serem os únicos que sabem como é o funcionamento daquele espaço, e aí se encontravam íntimos. Esta intimidade se revela, por exemplo, quando uma colega de Anya avisa a psicóloga da equipe de apoio da casa que a tem notado agressiva e chorando com frequência. Tal atitude deixou Anya irritada e com a sensação de que estava sendo “dedurada”, mas ao mesmo tempo ali se estabelecia um sentimento de grupo e a ideia de pertencer a um Nós que não está de todo submetido aos limites institucionais. Não é só a psicóloga que pode avaliar o estado de saúde mental dos acolhidos, mas o grupo em si pode perceber um no outro suas fragilidades e buscar ajuda. Dentro do coletivo pode haver um olhar que singulariza, afinal eles conhecem e convivem com o que é próprio de cada um.

Já em relação aos amigos, Anya anunciava com entusiasmo o que tinham de diferente dos moradores de sua casa. Eles a acompanhavam em caminhadas matutinas antes de entrar na sala de aula, ficavam junto no recreio, trocavam mensagens pelas redes sociais sobre assuntos de interesse mútuo e, principalmente, demonstravam que ela tinha uma existência fora da Casa Lar. As afinidades e as vivências os levaram a ter intimidade, mas não aquela que escancarava sua vida institucional, como era a ligação com os companheiros. Junto deles, Anya pertencia a um mundo sem paredes e burocracias.

Na companhia dos amigos, Anya se sentia enorme. Eles exploravam a vida e encontravam novos propósitos para produção de sentido. A amizade se configura como um espaço privilegiado do agir e do falar, no sentido de

inaugurar o que ainda não existe entre nós, no mundo. Um espaço discursivo é configurado a partir do outro, o mundo é visto com outro olhar. Este espaço discursivo permite que se experiencie as histórias do outro, através da escuta e do compartilhamento de afetos próprios da existência humana. Em seus momentos de maior dificuldade, Anya conseguia encontrar no grupo de amigos outra possibilidade de futuro além da dor que sentia em determinadas situações. Observar as diferentes relações que eles tinham com suas famílias e novas opções de presente e de futuro a ajudavam a pensar no seu amanhã com maior riqueza de alternativas.

Na escola, espaço de longa permanência nos seus dias, Anya buscava outros recursos para lidar com os limites que encontrava na Casa Lar, como a internet, por exemplo, que a permitia alimentar suas redes virtuais, a biblioteca onde buscava os livros que gostava de ler, e onde conhecia novas pessoas, quando entrava em contato com os amigos de amigos, expandido seu círculo de relacionamentos e enriquecendo sua história de vida. O ambiente escolar proporcionava que Anya pudesse, desde o amparo de professores e diretores, criar soluções para adversidades que ali encontrava, como o enfrentamento de certa provocação por parte de alguns alunos referente à sua situação de acolhimento. É principalmente na escola que o diverso se impõe na vida dos jovens e ali Anya pôde se colocar com o que lhe é particular e diversificar suas possibilidades de encontros e vínculos.

Falando em sua história, quando conheci Anya ela afirmava não ter muito o que contar sobre si. Mas quem revela sua vida de imediato para um desconhecido? Foi ao longo dos encontros e com uma confiança estabelecida que ela começou a contar detalhes de sua biografia. Poderíamos dizer autobiografia. Anya possuía duas versões de sua história e costumava contar a que tinha ouvido da equipe de assistência social da Casa Lar. Quando se deparou com o meu interesse em escutar a sua versão dos fatos, o que ela mesma lembrava, qual era a sua construção narrativa, aos poucos ela percebeu que havia muito o que contar de si. Aliado a isso, sua história apresentou-se de novo para ela. Aquilo que Anya sempre havia escutado como os fatos de sua

trajetória, começaram a ser contados em outra perspectiva quando sua mãe apareceu em tons de resgate da filha.

A adolescente viveu uma versão, escutou outra dos seus responsáveis legais, criou sua narrativa própria a partir de suas lembranças e das memórias que lhe foram contadas e teve que deparar-se com a reviravolta de um detalhe fundamental: a aparição da mãe contando que não havia abandonado a filha, mas sim a tinha perdido pelo mundo quando, segundo ela, a avó, que havia ficado responsável pelo seu cuidado durante o período em que a mãe se tratava de uma doença no hospital, desapareceu. Isso sacudiu todas as convicções de Anya a respeito de seu drama familiar. Reencontrar a mãe e conhecer novos irmãos foi uma tarefa assustadora. A grande semelhança física entre as duas não deixava muito espaço para dúvidas a respeito desta relação consanguínea. Anya começou a reescrever sua biografia, agora elevada ao caráter de uma autobiografia, e nesta ela criou a versão que desejava, apesar das frágeis associações, que facilmente poderiam ser questionadas, como por exemplo a impossibilidade da mãe de encontrá-la estando as duas morando em cidades vizinhas. Não importava para ela. A partir daquele momento, sua história de vida não contava mais com um abandono da mãe e sim com uma confusão criada pela avó paterna.

A versão criada por nossa personagem que tenta dar conta das lacunas, e até mesmo elaborar o mais traumático, conta muito sobre a originalidade do sujeito na construção de seus recursos a partir do já vivido e do que se está vivendo. O saber e a verdade que compõem as ficções traduzem um enredo que colocam o sujeito a trabalhar. E este trabalho custou suor e sofrimento à nossa personagem, mas também abriu novas possibilidades de destino.

As ficções que estes jovens acabam agregando às suas histórias de vida, em geral, estão atreladas às suas relações com as telas. Muitos dos jovens acolhidos acabam encontrando dados de suas histórias a partir dos perfis de *Facebook* e *Instagram* de familiares, antigos colegas de escola, professores e amigos que encontram nos aplicativos. São frequentes o dispêndio de horas

investidas em conversas pelos *chats* que são contadas como se tivessem ocorrido em presença física.

Anya não somente manteve contato com sua mãe pelo *Facebook*, como a conheceu melhor, descobrindo nesta figura uma possibilidade de libertação, no sentido de ter mais um lugar onde poderia ser acolhida, seus pontos de amparo se haviam multiplicado, a Casa Lar e a casa da mãe se tornaram portos seguros, até mesmo porque a mãe se colocou a seu lado como uma amiga adolescente que lhe ajuda a transgredir regras.

Além disso, como se soube que Anya havia fugido da Casa Lar? Ela mesma contou aos companheiros, pelo *Facebook*, onde estava no dia seguinte. Inclusive toda a “fuga” foi combinada pela rede. Primeiro ela combinou uma festa com uma amiga, e quando a saída se efetivou, de lá ela partiu em direção da casa de sua nova amiga, a mãe, que a recebeu e lhe deu cobertura até o momento em que a equipe da instituição entrou em contato para saber o seu paradeiro. Fica visível que a relação desta jovem com as telas lhe permitiu tomar o seu destino em suas mãos.

O final desta história não sabemos. O que foi possível acompanhar apenas nos deixou indicadores dos motivos que a levaram a tal atitude. No contato que a instituição fez com a mãe de Anya ficou marcado um encontro das duas com a equipe. Elas foram, então, conversar com a psicóloga e a assistente social da Casa Lar e anunciaram seus desejos de morarem juntas. Receberam uma série de orientações sobre como formalizar legalmente esta ação, para que Anya não ficasse sem um responsável legal perante as instâncias jurídicas que a acompanhavam e se comprometeram em fazer os processos sugeridos. Porém, nenhuma das ações foi efetivada. As poucas notícias que soubemos depois sinalizavam que elas estavam vivendo na mesma casa com os dois irmãos pequenos de Anya, como duas mulheres que dividem a moradia e se ajudam a cuidar dos filhos.

O que posso concluir a respeito deste desfecho aberto da história de nossa personagem é que Anya ativamente decidiu construir o seu caminho e recusou-se a aguardar passivamente a chegada de seus 18 anos para tomar

decisões a respeito de seu futuro. Ela entendeu que na instituição estaria destinada a cumprir tarefas que lhe dariam poucas alternativas futuras e que ali havia uma corrida contra o relógio, seu prazo de amparo era finito e este limite de tempo ela optou por não enfrentar. Aliás, o tempo emerge no caso de Anya como uma questão especialmente relevante a pensar. Trataremos disso a seguir.

4.3 Posso ficar para sempre! – o tempo subjetivo e o tempo instituído

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, Tempo, Tempo, Tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, Tempo, Tempo, Tempo*

(Caetano Veloso)

Anya nos revelou algo novo, um elemento específico na situação de acolhimento que ainda não havíamos reparado – o tempo. Não seria o tempo a principal diferença para os jovens que moram em Casas Lares e os que vivem com suas famílias? Qual o tempo que tem um adolescente para cumprir sua passagem? Para os que moram com os pais parece não haver tempo limite (desde que tenham a oportunidade de seguir vivendo em seus lares ou, então, auxiliados pelos pais de diversas formas), já para os que vivem na instituição ele finda ao cumprirem a maioridade legal. Após os 18 anos, não há mais tempo de ser adolescente, o que é da vida adulta já deve estar estabelecido, afinal para gerenciar suas vidas sozinhos é preciso ser adulto para dar conta. Pelo menos, esse é o destino descrito nas regulamentações do ECA e nos planos de intervenção do acolhimento institucional: após a saída da Casa Lar, o adolescente irá, então, trabalhar, ter renda própria e morar em outro lugar, por sua conta.

O momento adolescente das pessoas acolhidas tem prazo de validade que caduca logo que a data se cumpre. O tempo psíquico consegue acompanhar o tempo cronológico? Como conviver e subjetivar-se com a

continua ideia de que o amparo está com um dia marcado para terminar? É isso que acompanha a vida das crianças e adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento.

Do tempo é possível termos uma noção, mas não uma definição ou um conceito formado, pois não é possível defini-lo em termos do que se mantém invariante, não há como subtrair o tempo do tempo. A tradição francesa psicanalítica entende o tempo a partir de uma noção de reorganizações súbitas das posições subjetivas retrospectivamente: o tempo é descontínuo. Os instantes de subjetivação é que trazem as noções de antes e depois. A concepção de tempo é marcada pelo instante e pela descontinuidade.

Segundo Santos (2007), diversos pensadores produziram suas reflexões sobre o conceito do tempo na vida humana. Isaac Newton iniciou com o conceito de tempo absoluto que é matemático e flui com constância e uniformidade. Kant se posicionou em oposição, trazendo o tempo como algo subjetivo da natureza humana, impedido de ser coordenado ou alterado pela atividade do homem. Albert Einstein surge, então, com a teoria da relatividade que diz ser o tempo relativo, ou seja, “sentido” por cada pessoa de forma diferente. Contrariando Newton e Kant, Norbert Elias refere que o tempo não existe em si, pois trata-se de um símbolo social e não um dado objetivo.

Uma diferença que se apresenta é a do tempo objetivo e subjetivo, quer dizer, o tempo que conhecemos como cronológico e o tempo psíquico, vivido. O primeiro traz uma série de valores e crenças da dimensão da cultura, como o tempo certo para iniciar a alfabetização, o tempo certo para ter filhos, o tempo certo para ter sucesso na carreira profissional, entre outros. Apesar da distinção, estes tempos não podem ser cindidos no dia a dia das pessoas, porém há uma tendência e prevalência dos indivíduos em se apropriarem mais do tempo narrado, este impregnado de marcos referenciais para seu acontecimento, negligenciando, de certa forma, o tempo vivido. Tal fenômeno provoca efeitos e sofrimentos. Como afirma Norbert Elias:

Na verdade, a experiência do tempo como um fluxo uniforme e contínuo só se tornou possível através do desenvolvimento social de medição do tempo, pelo estabelecimento progressivo de uma grade relativamente bem integrada de reguladores temporais, como os relógios de movimento contínuo, a sucessão contínua dos calendários anuais e as eras que encadeiam os séculos [...]. Quando faltam instrumentos, essa experiência do tempo também fica ausente. (ELIAS, 1984, p. 36)

Freud em seu texto *O Inconsciente*, de 1915, afirma que os processos que ocorrem no sistema inconsciente do aparelho psíquico não possui determinação temporal, ou seja, são atemporais, a passagem do tempo cronológico não altera o seu conteúdo que não possui qualquer referência ao tempo. Como os seres humanos estão em constante evolução, sofrem mudanças com muita frequência e elas acontecem lentamente durante os momentos da vida. Ao perceber uma modificação, quando se torna significativa subjetivamente, pensa-se que se chegou a um estado rígido e estabelecido, entretanto o estado alcançado é variável e já está imerso neste contínuo processo de mudanças.

Esta ideia podemos entendê-la a partir das noções de Bergson ([1907] 2009) sobre o tempo, quando ele aponta para o conceito de duração como um sistema natural, implicado de outras formas de conhecimento e consciências que complexizam o intelecto. Já Merleau-Ponty (1999) refere a ideia de temporalidade, que entende como uma formação de fatos psíquicos. Para este autor, o tempo é formado subjetivamente por uma necessidade interna de formatá-lo, que passa a contemplar o passado, o presente e o futuro, tendo a anterioridade e o porvir existentes no agora dos processos subjetivos.

Não pretendemos fazer aqui um tratado sobre o tempo, mas consideramos fundamental entender a importância do tempo na constituição da subjetividade de adolescentes e, aqui especialmente, de adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional. O tempo cronológico e o tempo vivido são partes da existência, e embora constituam realidades diferentes implicam-se um no outro.

A reflexão volta-se, então, novamente, para esta conflitiva dos tempos no processo de subjetivação dos adolescentes em acolhimento institucional. Anya nos alerta sobre a prisão que se torna a Casa Lar em relação ao que precisa fazer no pouco tempo que dispõe. Todo indivíduo entra em confronto do seu tempo vivido e seu tempo narrado, porém parece que sempre há “tempo” para que se possa tentar aproximá-los. Já os jovens acolhidos correm, correm contra o tempo em que possuirão os recursos que precisam para seguir a vida, pois chegará o dia em que esse “tempo” acabará. Parecem viver ameaçados pela instância temporal que constrange suas capacidades singulares, pois não há espaço para que possam desenvolver-se em um tempo individual, ou pelo menos na linha de chegada todos devem estar com tudo pronto.

A nossa personagem se recusa a ser comprimida pela temporalidade imperadora. É provável que ela alcançasse a maturidade suficiente para seguir sua vida no tempo que tinha na Casa Lar, mas minha hipótese é que ela não quis viver com tal restrição. Sua fuga da casa configurou uma resistência a essa captura institucional que comprime e prende o indivíduo em um tempo de suficiência de evolução. Anya se apropria de seu destino e ruma para onde pode ter, pelo menos, a liberdade de construir sua vida, no seu tempo subjetivo, que acaba por aumentar e diminuir à medida que novas experiências são vividas e o porvir é ressignificado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porto Alegre, 30 de novembro de 2018

Caro leitor,

Chegamos ao final de um percurso, de um tempo possível para a elaboração das ideias que que movimentaram a buscar um mestrado. Espero que a leitura tenha sido “agradável” e, se não, interessante. Te agradeço muito por acompanhar este meu percurso de escrita. Você deve estar pensando na razão pela qual eu escrevo essa carta no momento de concluir minhas ideias a respeito do que desenvolvi até agora. Então, no início deste trabalho expliquei como surgiu a ideia para esta pesquisa e qual o método que escolhi para realizá-la. Junto a isso, comentei que durante a realização do projeto desta pesquisa, quando estava definindo qual seria o meu fio condutor e por quais caminhos eu iria seguir, senti a necessidade de dialogar com figuras pertencentes ao público que eu estava estudando e que para isso escrevi cartas com destinatários, mas que nunca chegaram ao seu destino. Ou melhor, o destino se tornou você e eu, que acabamos sendo estimulados pelas correspondências a responder as questões que elas levantavam e, assim, desenvolver noções próprias sobre o assunto proposto.

Pois bem, considero que esse recurso foi muito válido, primeiro porque me permitiu elucidar meu propósito de pesquisa e segundo porque acredito que tenha auxiliado você, caro leitor, a produzir suas próprias reflexões e a emitir seu parecer, concordando ou discordando com o meu fluxo de raciocínio. Acredito que se abriu um diálogo maior do que eu esperava quando ingressei nesta comunicação epistolar. E sinta-se à vontade para me responder, caso tenha interesse em debater o assunto. Ao final desta carta, junto de minha assinatura, deixarei o meu endereço de email, pois atualmente o correio eletrônico nos possibilita maior certeza de envio e recebimento, além de mais rapidez neste processo.

Respondendo agora a pergunta que eu acredito que você se fez, escrevo esta carta neste ponto pois acho que é justo e merecedor que, depois de acompanhar todo o meu processo de construção de um argumento fundamentado teoricamente, você receba uma atenção especial de minha parte em agradecimento pela companhia e também para receber algumas satisfações sobre o que foi percorrido.

A primeira ideia sobre esta pesquisa se assemelha muito com o que de fato foi a pesquisa, mas ela precisou ser pensada, repensada, analisada e, acredite se quiser, desconstruída. Não é tão difícil acreditar, não é mesmo? Eu falei na importância da desconstrução ao longo de todo este trabalho. É, acontece que algumas ideias, mesmo parecendo ótimas, acabam denunciando algumas coisas que escapam à consciência. Quando escrevi o primeiro esboço de um projeto desta pesquisa, meu propósito ainda estava centrado na clínica psicanalítica e suas psicopatologias. Embora a questão levantada parecesse ser muito aberta, as noções ali contidas me levariam a este caminho que não era do meu desejo. Então, a partir de conversas com professores, colegas, com minha orientadora e muita leitura, acabei colocando meu próprio problema de pesquisa a ser desconstruído. Ele foi desmembrado até buscar sua origem e, ponto por ponto, foi sendo reformulado, deixando para trás o que não servia mais e ganhando novas perspectivas de pensamento.

Assim foi que cheguei na ideia atual que aqui foi apresentada, principalmente pela mudança na voz da pergunta, que tirou a passividade do público pesquisado e o colocou em atividade na ação. Do questionamento inicial que era “Quais os efeitos que o acolhimento institucional traz para os adolescentes institucionalizados?”, tornou-se “Como se produz subjetivamente a passagem adolescente nos jovens acolhidos institucionalmente?” Você percebe a transformação que isso causou? Se eu tivesse optado pela primeira opção, seria bastante provável que, ao ver o adolescente acolhido como um objeto do acolhimento institucional, eu iria acabar enveredando para o lado psicopatológico da clínica psicanalítica.

Ao chegar neste ponto, bom, eu tive então que fazer muita pesquisa e partir em busca de autores que me oferecessem o suporte teórico que eu precisava para fazer esta torção no estudo. O fruto desta atividade me fez chegar ao primeiro ponto da análise, a necessidade de me aprofundar na desconstrução de alguns conceitos psicanalíticos. Não é uma tarefa simples, pois, de alguma maneira, parece que estamos “traindo” algo ou alguém. Foi necessária muita leitura para entender que a desconstrução não descarta nem desvaloriza o que está sendo desconstruído. E que, assim sendo, a teoria psicanalítica não estava sendo depreciada e sim sendo potencializada.

Levada pelas mãos de Rodolfo fui buscando sustentar elementos para a constituição de outras instâncias de subjetivação, tomando em análise conceitos clássicos da psicanálise e introduzindo outros elementos que pudessem dar consistência à análise que o encontro com Anya propiciaram sobre a passagem adolescente.

O primeiro dos conceitos a serem desconstruídos foi a centralidade da psicanálise na figura familiar de uma outra época. Muita coisa aconteceu com a instância família desde a criação dos conceitos freudianos e a própria teoria tentou acompanhar estas evoluções. Porém, parece que o giro principal que a própria concepção parental realizou, quando passou a juntar diversos integrantes de lugares diferentes com o nome de família, a teoria psicanalítica ainda precisa alcançar, tirando o seu lugar de centro dos processos psíquicos.

Tal deslocamento foi fundamental para compreender como se produz a subjetivação dos jovens institucionalizados. A ideia de reposicionar a família fora de um centro e, principalmente, destituir uma ordem centralizadora da organização psíquica fez muito sentido, pois no próprio atendimento desses adolescentes tal reposicionamento se apresenta. Como assim? Quando atendemos uma criança ou adolescente que mora em uma casa com sua família, é importante que além dos atendimentos com o paciente, os pais ou os responsáveis também sejam convidados a participar do tratamento. No caso de um indivíduo que mora numa Casa Lar, surge uma diversidade de pessoas que podem ser convidadas a participarem, como os pais sociais, psicólogos da

instituição, assistentes sociais, professores e, inclusive, os pais do paciente em questão, quando estão disponíveis e em contato com o filho.

Outro importante ponto analisado, que parte dos dois primeiros, foi considerar outras significativas instâncias de subjetivação na produção subjetiva desses jovens. Você percebe quantas pessoas fazem parte da vida deles? E além dessas figuras de cuidado, temos os amigos, colegas da casa, colegas de escola, professores. Tá bem, essas figuras estão presentes na vida de todo adolescente, ou pelo menos quase todos. Mas observando quantas pessoas estão ali para cuidar de dimensões específicas da vida deles, já se percebe que não pode haver um centro que pese mais que os outros. Essa ideia desloca uma noção de que tudo, nestes casos, parte da relação com a família que não pôde oferecer o cuidado necessário para este filho. É claro que para alguns será assim, a questão é poder analisar os casos e verificar que em cada jovem algumas instâncias terão mais significado que para outros. Cada um irá tramar sua rede de significações de acordo com suas vivências, experiências e elaborações. Para dar potência a esta variedade de conexões que os jovens estabelecem, as instituições de acolhimento poderiam tentar desburocratizar os processos que envolvem o contato dos jovens com o mundo externo, deixando a cargo dos pais sociais e dos moradores da Casa Lar a organização de saídas e atividades extrainstituição. Isto tornaria o adolescente mais responsável por suas decisões tomadas e fazendo sentir-se mais confiante em si mesmo, além de promover uma percepção de estar sendo cuidado e valorizado em sua autonomia.

A partir das cartas que já estava escrevendo, e justamente pelo fato de estar incluindo os atores do público que me interessava no processo de pesquisa, encontrei também um ponto que não estava nas leituras que eu havia realizado – o tempo. Pois é, que grande “tique taque” acabei encontrando pelo caminho, não só no meu, que tinha prazo de entrega para esta pesquisa, mas para os adolescentes das Casas Lar. Acontece que todo este aparato que eles possuem de amparo tem data prevista para ser retirado, a tal da chegada da maioridade civil. O que significa isso para as pessoas que moram com suas

famílias? Bom, uma série de coisas em termos legais, mas em termos psíquicos e emocionais pouca coisa muda. Mas para estes jovens que moram numa instituição muda tudo.

Um dos pacientes que atendi já havia passado por um processo de adoção e a mãe adotiva contou que, quando chegaram em casa, ela escutou um grito de felicidade: “Oba! Aqui eu vou poder ficar pra sempre!”. Na Casa Lar não pode, aos 18 anos tem que sair. É claro que não se expulsa o jovem do casa no dia seguinte ao seu décimo oitavo aniversário. A equipe da instituição toma o cuidado de garantir que ele tenha onde morar e como se sustentar, seja trabalhando ou seja voltando a morar com a sua família de origem. A questão é que o discurso que eles escutam durante os anos de institucionalização a respeito dessa data é que eles precisam aprender a se virar sozinhos, ganhar dinheiro e cuidar de uma casa, pois terão que fazer isso tão logo completarem os 18 anos.

Mas é assim tão certo esse processo de tornar-se um adulto? Todos nós já passamos por isso e sabemos que não. Algumas pessoas alcançam esta maturidade aos dezoito anos, outros levam bem mais tempo. Sabemos que a necessidade nos põe a trabalhar, então é fato que eles saem da instituição podendo cuidar de si como esperado pelo Estado. Contudo, como é viver a adolescência nessa corrida contra o tempo? O tempo psíquico é muito diferente do tempo cronológico, já nos disse Freud desde a criação de seu texto *O Inconsciente*, em 1915, talvez desde antes até. Conciliar o tempo do desenvolvimento maturacional com o tempo do relógio é uma ideia frágil.

A sensação que eu tenho é que estes jovens são inseridos no País das Maravilhas de Alice (obra de 1865, cf. MARCELLO, 2018) e tomam o lugar do Sr. Coelho, que passa a história toda correndo contra o relógio, pois está sempre com pressa para chegar em algum lugar que ninguém sabe. A pressa é a inimiga da perfeição, já diz o ditado popular, e a sabedoria do povo é valiosa. Esta aceleração tende a produzir muitas angústias, por vezes justo aquelas que insistimos em acreditar serem oriundas apenas do abandono dos pais, que podem dificultar esta passagem adolescente. O jovem acaba se sentindo

pressionado e parte em busca de uma solução que, dependendo do contexto que está vivendo, varia muito, como uma resistência em amadurecer e crescer (como se isso fosse retardar o seu tempo de permanência na casa) despertada pela pressão de um tempo finito.

A nossa personagem, no entanto, achou melhor sair do lugar que a colocava em um tempo limitado e buscou um lugar que a permitisse viver no seu tempo. Cada um vai tentar solucionar seu empecilho temporal de modo singular, porém o que fica é a certeza de que o tempo entra como uma grande questão que esse público precisa lidar ao longo de seu desenvolvimento.

Muito bem, caro leitor, será que temos mais algo para conversar? É provável que sim, mas acho que, por ora, vou encerrar esta minha comunicação. Não sei se concluí este trabalho adequadamente, sinto que falta algo. Mas tampouco minha proposta foi de totalizar o assunto, mesmo porque eu não acredito que qualquer coisa que se refira ao ser humano tenha esta possibilidade. Estamos em constante evolução, somos complexos desde que nascemos, estamos inseridos em uma cultura que é formada pela diversidade de pessoas que existem e existiram ao longo dos anos e que transmitem valores pelas gerações que atravessam. Sendo assim, não é porque escolhi analisar uma questão relativa a uma parte tão específica da população que é possível dizer tudo sobre ela, afinal ela está em relação com toda essa trama cultural e social, sendo agente transformador e corpo em transformação ao mesmo tempo.

Fico pensando, agora, no que esta experiência produziu em mim, pois participar deste percurso certamente ocasionou seus efeitos na pesquisadora, na psicóloga clínica e na Michelle. Seria a hora certa de saber, estou ciente disso. Mas não sei se já posso nomeá-los e descrevê-los. Este mergulho no mundo subjetivo dos adolescentes que vivem em acolhimento institucional me colocou a pensar não apenas sobre eles mas, também, sobre a minha posição como psicóloga e pesquisadora na sociedade em que vivemos. Em tempos em que estamos observando, acompanhando e lidando com tantas manifestações a respeito do lugar dos seres humanos na sociedade, seja nos discursos reacionários e conservadores que ecoam por todo o país (que lamentavelmente,

na minha opinião, alcançou maioria nas urnas em outubro deste ano), seja pelos enunciados progressistas que buscam a horizontalidade dos direitos de todos, principalmente em termos de consideração ao outro e do respeito à diferença, o lugar dos pesquisadores e profissionais da área do conhecimento humano acaba ganhando mais responsabilidades e o dever de produzir conhecimento que alcance a população, em seus diversos níveis de compreensão, para que possamos todos lutar para garantir a dignidade e a humanidade de toda e cada pessoa da sociedade.

Aliás, não gosto muito do uso do termo diferença, porque ela pressupõe uma posição de oposição entre aqueles (ou aquilo) que se põe em relação: o diferente é diferente de algo, ou seja, há um padrão a ser considerado e todo o resto é considerado diferente. Prefiro o termo diversidade, que comporta e é justo com a pluralidade que a vida oferece. Acho que este final deixa claro o meu interesse pelo assunto desta pesquisa. As crianças e adolescentes que vivem em instituições ainda são vistas como marginalizados da sociedade e um dos intuitos deste trabalho era discutir seu estatuto de cidadãos como todos nós e dar visibilidade para que, frente aos percalços da vida, possuam recursos e estratégias para seguirem sujeitos, agora na concepção psicanalítica do termo: aquele que é.

Para mim foi um enorme prazer ter a sua companhia e, confesso, um árduo trabalho escrever estas páginas. Cada uma delas foi desenvolvida com cuidado e a atenção que a análise merece. Seguimos em contato?

Com carinho

Um beijo

Michelle Salazar ()

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, S.; SILVA, M. & PINHEIRO, B. “A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados.” **Revista psicologia política** [online]. Vol. 11, nº 21, 2011. Pp. 109-122. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 11/02/2019

ALTOÉ, S.; SILVA, M. “Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social”. **Estilos da clínica**. São Paulo. Vol. 18, nº 1, abril, 2013. Pp. 125-141. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282013000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21/06/2017

ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P. (Orgs). **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BENJAMIN, J. “Jessica Benjamin”. In: **Feminist Voices**. Disponível em: <http://www.feministvoices.com/jessica-benj> Acesso em 01/12/2018

BENJAMIN, W. “O Narrador” In: _____ **Magia e Técnica, Arte e Política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. I, 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012a.

_____. “Experiência e Pobreza” In: _____ **Magia e Técnica, Arte e Política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. I, 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012b.

_____. “Sobre o Conceito da História” In: _____ **Magia e Técnica, Arte e Política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. I, 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012c.

BERGSON, H. **A Evolução Criadora**. Trad. Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: UNESP, 2009.

BETTS, J. “Desamparo e Vulnerabilidades no Laço Social – a função do psicanalista”. In: **Revista Associação Psicanalítica de Porto Alegre**. Nº 45-46, jul/dez 2013 – jan/jun. 2014. Pp. 09-19. Disponível em: <http://www.apboa.com.br/revista/desamparo-e-vulnerabilidades/1028> Acesso em 21/06/2017.

BIRMAN, J. “A lei e a norma: as leituras de Deleuze e Foucault”. In: **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**. Vol. 8, nº 1, 2015. Pp. 01-13. Disponível em: <http://www.anpof.org/portal/index.php/pt-BR/2-uncategorised/420-tragicafil> Acesso em 21/06/2017.

BLANCHOT, M. **La risa de los dioses**. Madrid: Taurus, 1976.

BRASIL. “Código de Menores.” **Decreto nº 17.943-A**. 12 de outubro de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927501820publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 14/06/2018.

_____. “Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.” **Lei nº 4.513**. 1º de dezembro de 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4513-1dezembro-1964-377645-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 23/06/2018.

_____. “Código de Menores.” **Lei nº 6.697**. 10 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 14/06/2018

_____. “Estatuto da Criança e do Adolescente.” **Lei nº 8069**. 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em 12/01/2018

_____. Lei da Adoção. **Lei nº 12.010**. 3 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm Acesso em 01/07/2018

CAGNANI, L. J. R. P. **O trabalho do psicólogo no abrigo institucional**. São Paulo: Zagodoni, 2016.

CARVALHO, C. F., HAACK, K., R., RAZERA, J. & FALCKE, D. “Qual a percepção de crianças e adolescentes em acolhimento institucional acerca do seu cuidado subjetivo?” In: **Journal Of Child & Adolescent Psychology / Revista De Psicologia Da Criança E Do Adolescente**. Vol. 7, N° 1/2, 2016. Pp. 333-344.

COLA, C. “Temporalidade em Bergson e Merleau Ponty.” **Cognitio – estudos: revista de filosofia eletrônica**. Vol. 5, nº 1, 2008. Pp. 46-51.

COSTA, J. F. “A cidade familiar” In: **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

DOLTO, F. **Destinos de Crianças**: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ENDO, P. “A ressurgência do tirano como inscrição denegada da constituição da frátria.” In: FUKS, B. B.; BASUALDO, C.; BRAUNSTEIN, N. A. (Orgs.). **100 anos de Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013. Pp. 229-250.

FASC. “Proteção Social Especial – Ações de Alta Complexidade.” In: **Fundação de Assistência Social e Cidadania**. [Página web] Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=140 Acesso em 12/01/2018

_____. “Programa de abrigagem – Modalidade Casa Lar” In: **Fundação de Assistência Social e Cidadania**. [Página web] Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=71 Acesso em 12/01/2018

FERREIRA, T. “Demanda social e Clínica”. In: **A escrita da clínica** – psicanálise com crianças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FIGUEIREDO, A. C. “A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. In: **Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental**. São Paulo, vol. 7, n° 1, março 2004. Pp. 75-86. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142004000100075&lng=en&nrm=iso Acesso em 20/01/2019

FREUD, S. (1895) Projeto de uma psicologia para neurólogos. In: **Obras completas**. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1915) O Inconsciente. In: **Obras completas**. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **Totem e tabu**: contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FUKS, B.; OLIVEIRA, I. “Questões cruciais da adolescência no contexto escolar.” In: **Polêmica**. Vol., N° 2, 2016. Pp. 1-13.

GNT. **Histórias de Adoção**. [Filme]. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/gnt/v/5810546> Acesso em: 10/09/2018

GOMES, L. G. N. & SILVA JÚNIOR, N. “Experimentação política da amizade: alteridade e solidariedade nas classes populares.” In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 23, N° 2, 2007. Pp. 149-158.

KEHL, M. R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KRISTEVA, J. **O gênio feminino**: a vida, a loucura, as palavras. Hanna Arendt. Tomo I. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

MARCELLO, C. “Livro Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll”. In: **Cultura Genial**. [Página web]. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/livro-alice-no-pais-das-maravilhas-lewiscarroll/> Acesso em 25/11/2018

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORÉ, C. L. O. O.; SPERANCETTA, A. “Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes.” **Psicologia Social**. Florianópolis, vol. 22, n° 3, dez. 2010. Pp. 519-528. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300012&lng=en&nrm=iso Acesso em 21/01/2017

NIETZSCHE, F. **Opiniones y sentencias**. Buenos Aires: Bureau Editor, 2000.

ORTEGA, F. **Para uma política da amizade**. Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PALOMBINI, A. L. “Utópicas cidades de nossas andanças: *flânerie* e amizade no acompanhamento terapêutico. In: **Fractal**: Revista de Psicologia. Vol. 21, N° 2, 2009. Pp. 295-317.

POLI, M. C. **Clínica da Exclusão**: a construção do fantasma e o sujeito adolescente. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Trad. Constança Marcondes. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

RODULFO, R. Onde era o brincar, o trabalho deve advir. As condições de uma metamorfose. In: **O Brincar e o Significante**: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

_____. "Un nuevo acto psíquico: la inscripción o la escritura del nosotros en la adolescência". In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004a.

_____. "La adolescencia pensada como cisma en el occidental." In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004b.

_____. "Espejos en el agua (escenas para un estado actual de la cuestión)". In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004c.

_____. "El segundo deambulador." In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004d.

_____. "La desconstrucción del (complejo de) Edipo." In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004e.

_____. "Si todo el significante lo es del superYo, entonces: (Proposiciones para la formación del carácter en la niñez y adolescência)." In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004f.

_____. "El duelo del Padre." In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004g.

_____. "Del Cuerpo Espectral." In: _____. **El psicoanálisis de nuevo**. Buenos Aires: Eudeba, 2004h.

_____. **Futuro Porvenir**: ensayos sobre la actualidad psicoanalítica en la clínica de la niñez y adolescência. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2008.

_____. "Entrevista". In: Boletim 10. Boletim Online. Departamento de psicanálise. **Sedes Sapientiae**. 2009. Disponible em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=b_ppag&pb=10 Acceso em 12/10/2018

_____. "Prescripción del Incesto." In: **Andamios del Psicoanálisis**: lenguaje vivo y lenguaje muerto en las teorías. Buenos Aires: Paidós, 2013a.

_____. "Los lugares donde se trama la subjetivación." In: **Andamios del Psicoanálisis**: lenguaje vivo y lenguaje muerto en las teorías. Buenos Aires: Paidós, 2013b.

_____. “Cinco instancias de subjetivación en la infancia y niñas contemporáneas.” In: **Andamios del Psicoanálisis: lenguaje vivo y lenguaje muerto en las teorías.** Buenos Aires: Paidós, 2013c.

_____. “La dimensión ficcional de las identificaciones.” In: **Andamios del Psicoanálisis: lenguaje vivo y lenguaje muerto en las teorías.** Buenos Aires: Paidós, 2013d.

_____. “Hiato”. In: **Andamios del Psicoanálisis: lenguaje vivo y lenguaje muerto en las teorías.** Buenos Aires: Paidós, 2013e.

_____. “Breve ensayo sobre la naturaleza del amigo.” In: _____: **Ensayos sobre el amor en tempos digitais: dominios sin dueño.** Buenos Aires: Paidós, 2017.

SANTOS, M. D. A. **O presente do indicativo: forma, significado e função.** Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, I. “Hipóteses em torno do abandono”. In: **Correio da APPOA.** Porto Alegre, n° 161, ago. 2007. Pp. 26-34. Disponível em: http://www.apboa.com.br/correio_apboa/jornada-do-percurso-vii/512 Acesso em 21/06/2017

SIQUEIRA, A. C.; DELL’AGLIO, D. D. “O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura.” **Psicologia & Sociedade.** Vol. 18, N° 1, 2006. Pp. 71-80.

SOUZA, C. A.; SEGUIM, C. M. B.; LEVISKY, F. B.; RUDGE, L. L. T.; UNGARETTI, S. S. G. “O lugar do educador na constituição subjetiva das crianças que vivem em instituições de acolhimento.” In: GHIRARDI, M. L. A. M. FERREIRA, M. P. **Laços e Rupturas: leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional.** São Paulo: Escuta / Instituto Tortuga, 2016.

_____. “Provisoriedade e Vínculos nas Instituições-abrigo: a potencialidade dos encontros.” In: GHIRARDI, M. L. A. M. FERREIRA, M. P. **Laços e Rupturas: leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional.** São Paulo: Escuta / Instituto Tortuga, 2016.

TORTORELLI, M. A. “Entre.” In: **Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo.** Buenos Aires. Tomo 29, N° 1, abril de 2006. Pp. 183-194. Disponível em: <http://www.aappg.org/publicaciones/> Acesso em 12/01/2019

VORCARO, A. "Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico." In: KYRILLOS NETO, F.; MOREIRA, J. O. (Orgs.) **Pesquisa em psicanálise**: uma transmissão na Universidade. Barbacena: Ed. UEMG, 2010.

WINNICOTT, D. W. (1965) **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.